

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 24 DE JUNHO DE 2020

NÚMERO 7.650

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Marcos Vieira

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 007ª Sessão Especial Convocação da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social - Sc realizada em 03/06/2020 2</p> <p>Publicações Diversas Emenda Constitucional 10 Extrato..... 10 Lei..... 10 Lei Complementar..... 11 Ofícios..... 11 Portaria 11 Projetos de Lei 11 Projeto de Lei Complementar13 Projeto de Resolução..... 13 Proposta de Sustação de Ato... 14 Requerimento..... 14</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 007ª SESSÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA CONVOCAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SC REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2020 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A presente sessão especial foi convocada por solicitação desta Deputada, e aprovada por unanimidade pelos demais Parlamentares, para ouvir a senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, que prestará esclarecimentos acerca dos dados do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Santa Catarina, bem como do Plano de Contingência Estadual, Co-financiamento da Assistência Social e dos Recursos Estaduais Extraordinários recebidos em 2020.

Quero fazer um esclarecimento a todos e todas, a quem está nos acompanhando pelas redes sociais e à Secretária, de como se dará a metodologia dos trabalhos.

A presente sessão seguirá a seguinte metodologia: a senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Social fará inicialmente uma exposição do objeto da sua convocação, que já foi anteriormente mencionada, pelo prazo de até 10 minutos, respondendo em seguida as interpelações dos senhores Líderes e senhoras Líderes de bancadas e/ou Deputados e Deputadas por eles indicados. Encerrada a exposição da Secretária, os

senhores Líderes e senhoras Líderes formularão perguntas, não podendo cada um exceder o tempo de três minutos. A cada três perguntas formuladas, a Secretária terá o prazo de até cinco minutos para respondê-las.

Neste momento, agradeço a presença e o aceite da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, Maria Elisa da Silveira De Caro, a quem passo a palavra pelo tempo de até 10 minutos para a sua manifestação.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Boa tarde a todos! É uma grande satisfação estar aqui hoje, porque toda a nossa equipe tem trabalhado bastante, e é uma oportunidade, sem dúvida, de mostrarmos todo o nosso trabalho.

Então, vamos começar pela apresentação, naquela ordem que nos foi pedido, dados do SUAS, Plano de Contingência, Cofinanciamento, os recursos estaduais extra.

Solicita que sejam projetados os dados para que possam acompanhar.

(A sra. Presidente, Deputada Luciane Carminatti, solicita que a assessoria faça a devida adequação para projeção dos dados.)

Enquanto a assessoria providencia as adequações, eu só queria lembrar, porque que as pessoas que estão aqui hoje, conversando conosco, entendem sobre a política de assistência social, mas nem todos que estão nos ouvindo sabem como ela funciona.

Então, bem rapidamente, a atribuição desta Secretaria de Estado é orientar os municípios, capacitar os municípios, dar apoio técnico aos municípios e repassar recursos, o que significa que é uma Secretaria que não executa o serviço, quem executa o serviço são os municípios lá na ponta. Então, não temos uma execução direta, a nossa participação é como gestores mesmo da política pública.

Falo para quem nos assiste e que, talvez, não tenha a noção de como funciona essa Secretaria. Então, agora vamos para os dados. Todos confirmam que estão vendo a apresentação? Certo, então vamos começar.

(Procede-se à apresentação de dados no telão.)

Bem, nos foi pedido dados sobre o SUAS, temos inúmeros dados sobre o SUAS, ninguém chegou a especificar exatamente o que queriam ver. Então, nós apanhamos alguns

dados que consideramos bastante relevantes. Temos muitos diagnósticos sendo trabalhados nesta Secretaria, porque conseguimos, nesta gestão, construir um BI.

O BI, todos sabem, é uma forma de compilar dados de várias secretarias de estado e mais outras instituições que você tem acesso aos dados. Quem nos ajudou sempre foi o Ciasc - BoaVista, e nós, então, temos hoje como checar os dados, inclusive os dados do CAD Único, temos como fazer um comparativo.

Nós temos diagnósticos, tanto em Direitos Humanos e Assistência Social, quilombolas, indígenas e habitação e imigrantes. Lembrando que os dados da Habitação são inéditos no estado, nunca foi feito um diagnóstico.

No Cadastro Único que destacamos, que seria interessante conhecerem, é como estão distribuídos nos recursos do ..., a renda *per capita* e recebimento de benefícios. Então, na renda *per capita* mensal de zero a R\$ 89,00, temos famílias cadastradas 105 mil, e 301 mil pessoas.

Todo este material vamos mandar para a Alesc, como eu não tenho muito tempo, é só para entenderem que nos temos cadastradas, no Cadastro Único, 404 mil famílias, e pessoas cadastradas, mais de um milhão, quase 1.1 milhão de pessoas cadastradas.

O número de equipamentos que temos no Estado, que são dos municípios, mas estão também na nossa gestão - 388 CRAS, 108 CREAS, 9 Centros POP, 304 unidades de acolhimento, 441 Centros de Convivência, 24 Centros Dia ou similares, um centro exclusivo para deficiente físico em Joinville, 6.563 trabalhadores do SUAS, e 12.609 vagas de acolhimento.

Sobre ILPIs, nós temos uma parceria com o Ministério Público e outras muitas instituições, que também criaram o BI e que nós podemos, hoje, ter uma clareza de dados de quantas ILPIs temos e qual a capacidade de vaga.

Sobre o Cofinanciamento, é importante mostrarmos os dados, o que nós tínhamos no início do ano. Nós tínhamos, para cofinanciar, R\$ 17.206.414,00. Chegamos a primeira conversa com Congemas, era o que tínhamos à época, e a divisão seria essa, de R\$ 12 milhões para proteção básica, R\$ 5,206 milhões para média e alta complexidade.

Porém, conseguimos com a Fazenda uma ampliação de 33,67% desses recursos, chegamos então a R\$ 23 milhões, isso tudo bem próximo, antes da pandemia. Naquele momento que nós não estávamos vivendo a pandemia, cofinanciamos R\$ 23 milhões para este ano. A primeira parcela, quando íamos repassar, já tínhamos entrado em um estado de pandemia, portanto, houve uma solicitação de adiantamento da parcela, e nós adiantamos, não apenas fizemos o adiantamento da parcela, mas revimos o Plano de Ação dos Municípios quanto a eles decidirem onde queriam os recursos, porque lá naquele primeiro momento, vocês viram, tinha bastante recurso para a base, menos para a média e alta, e neste segundo momento, de pactuação, em função da pandemia, muitos, mas muitos mesmo, estavam preocupados com os benefícios eventuais.

Sabemos que um dos itens de benefícios eventuais é cesta básica, então muitos dos nossos municípios optaram para ampliar benefícios eventuais, e foi assim que distribuímos as parcelas, conforme cada município pode ter a

liberdade total de escolher onde colocaríamos o recurso. Então, a primeira parcela foi de R\$ 7.799.996,40 distribuídos desta maneira.

A segunda parcela estava prevista para agosto. Nós, então, no decorrer desta pandemia, solicitamos à Fazenda que adiantasse também a segunda parcela, e essa segunda parcela ficou de R\$ 7,6 milhões para julho. Até este momento, a 3ª parcela continua em novembro, mas nós podemos, depois, no decorrer do tempo, perceber que é possível ou não, também, pagar antes. Mas vamos ver como isso vai funcionar no decorrer do tempo.

Só para terem uma idéia do que significou esses 33% a mais, nós trouxemos, aqui, para as pessoas saberem como foi de 2015 para cá o que o Estado cofinanciou. Então, vamos ao total pela falta de tempo. No total, em 2015 foram cofinanciados R\$ 9,4 milhões, já computadas medidas judiciais que vão para alta complexidade; em 2016, R\$ 8 milhões e pouco; em 2017, R\$ 15 milhões e alguma coisa; em 2018, R\$ 14 milhões; e 2019, nós chegamos a R\$ 16.257.766,96, já computadas também as medidas judiciais. Vejam que em 2008 tivemos um grande avanço em medidas judiciais, no ano de 2019 menos, mas mesmo assim, em comparação aos outros anos, é um tamanho bastante significativo. Isto é para alta complexidade, que são aquelas pessoas que vão à Justiça para terem acesso a vagas em abrigo. Então, ao todo, em 2020, o Cofinanciamento ficou em R\$ 23 milhões, com o aumento de mais de 33%.

Sobre o Plano de Contingência, como iniciou? Num primeiro momento, todas as nossas instituições e todos os cidadãos do Estado de Santa Catarina estavam sob o Plano de Contingência da Saúde, não é? Todos, estávamos dentro daquele protocolo que a Saúde nos trouxe para iniciarmos algum tipo de resguardo quanto um vírus que ninguém sabia o tamanho da extensão real, o quanto podia nos afetar, então, todos os serviços, naquele momento, ficaram também em alguns momentos parados, em outros, só olhando todas as orientações que vieram da Saúde.

No decorrer do tempo, começamos então a criar o nosso Plano de Contingência para saber. Tudo bem. E os nossos serviços, quando têm características um pouco diferentes, por exemplo, quando se fala de um centro de convivência em que tem mais pessoas interagindo, nós sabíamos que aquilo deveria ser suspenso, que é diferente de um atendimento a uma família que foi buscar o auxílio, por exemplo, de um benefício eventual.

Então, foi aí que começamos a discutir, inclusive com a Defesa Civil, que tinha criado o GRAC, para sabermos como é que algumas diretrizes estavam saindo do GRAC para o COES, e daí para nós, e como adaptariamos para os nossos serviços.

Nós temos, eu não vou poder ler tudo, isso vai para vocês porque não temos tempo, mas nós trabalhamos atualizando os dados dos indígenas em Santa Catarina para sabermos o tamanho dessa população para este momento de emergência, monitoramos as secretarias especiais na área da saúde e dos indígenas, que é diferente da nossa, para podermos juntar esses dados e ter alguma ação mais efetiva. Solicitamos da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial também uma revisão da distribuição destas cestas básicas, porque os números que tínhamos no CAD Único não eram os números

que tínhamos no nosso BI para podermos, minimamente, atender de fato a população que nós tínhamos, e não aquilo que estava registrado, e tínhamos dados de 2017, por exemplo. Não estava atualizado.

Fizemos visitas em polos, sobre os quilombolas foi praticamente a mesma coisa também, levantamos essas comunidades, atualizamos os dados para poder saber que tipo de ação específica naquelas comunidades.

Sobre migrantes, é muito interessante, porque temos um grupo da Alesc que trabalha a questão dos imigrantes. Todas as nossas orientações em relação não apenas a prevenção à Covid, mas também todas aquelas orientações de como acessar o recurso emergencial, quem tinha direito, como fazer, além de termos estas instruções, nós conseguimos que tudo fosse traduzido em várias línguas. Então, todo este material de imigrantes foi disseminado, no Estado inteiro, para as empresas e para os municípios em várias línguas.

Fizemos muitos contatos, enfim, isso tudo, os detalhes, não vamos conseguir agora, talvez nas perguntas. Fizemos também, e não paralisamos, todas as nossas orientações quanto crianças e adolescentes, por exemplo, o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar vai poder atuar? Não vai poder atuar? Vai poder atuar em que medida? Vai poder atuar de que forma?

Juntando o Plano de Contingência da Saúde com o nosso, chegamos a um termo de dizer que não pode parar, mas vai funcionar da seguinte forma. Então, orientações para aqueles que trabalham com Conselho Tutelar. E também, depois, fizemos *lives* sobre isso, mas mais para frente falarei a respeito.

O Sistema Socioeducativo a mesma coisa, queriam ou não paralisar o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei em meio aberto, também nós tivemos que readequar todas as orientações da Saúde para os nossos serviços. Então, fizemos não só orientações técnicas, mas *lives* para poder capacitar a ponta e saber como usar os recursos que tinha, não paralisando os serviços. Da área da infância e juventude, criança e adolescente, tem todas essas orientações técnicas, muitas delas trabalhadas com o Sistema de Justiça. Isso, depois, em detalhe, vamos dar os endereços das *lives* que as pessoas podem tirar dúvidas.

Pessoa em situação de rua, da mesma forma, como íamos proceder com o protocolo da Saúde e adequar os nossos serviços. Da mesma maneira, tivemos orientação, e essas orientações foram repassadas, de como poderia ser o serviço com pessoas em situação de rua, juntando todas as orientações da Saúde e da Assistência.

Com mulheres não foi diferente, levantamento de dados dos abrigos, necessidades dos abrigos, problemas com o que faltava e o que podia ser feito, com o protocolo da Saúde e também com as pessoas que trabalham com esses abrigamentos, e resguardando a saúde dessas mulheres também. Ali, também fizemos várias orientações, tanto na área dos direitos humanos quanto da assistência social, quanto como proceder nos abrigos, que não é muito diferente das ILPIs com os idosos, e com os abrigos de crianças.

Quanto aos idosos, então. Na segunda-feira, boa parte das pessoas que estão aqui assistindo, da Alesc, Ministério Público, tiveram uma grande reunião com a Deputada Carmen Zanotto, e toda a nossa

equipe esteve junto, justamente comentando sobre os dados do BI que veio do Ministério Público sobre como proceder. Eu estava na reunião de colegiado com o Governador, não participei, mas toda a nossa equipe participou. E chegamos à conclusão de que não só o levantamento de dados que nós tínhamos, cruzado com aquilo que o BI do Ministério Público trouxe, nós, então, chegamos a um bom termo de dados mais fidedignos.

Nossa resposta, no momento da pandemia, em relação às ILPIs foi a mesma coisa em relação a outros abrigos, se o protocolo da Saúde estava sendo de fato respeitado e mais as características da nossa atuação. Todos os abrigos, também, nós recebemos algum tipo de necessidade, aqui está faltando isso, aqui está faltando aquilo, EPIs, álcool em gel, e também naqueles casos, inclusive dos idosos, de contaminação, ou da pessoa idosa ou do trabalhador. Nós também acompanhamos junto com a Saúde tudo que nos chegava, do Ministério Público ou chegava do município, e nós fizemos esta interlocução entre Defesa Civil, Saúde, e Assistência Social do Município para saber como enfrentar essas situações.

Quanto à Segurança Alimentar e Nutricional, que também está nesta pasta, nós ajudamos a construir o Programa de Aquisição de Alimentos, é muito importante para nós falar sobre esta construção conjunta? Por quê? Nós queríamos atingir duas pontas, as pessoas que estavam em situação de risco alimentar, e as famílias produtoras. As famílias que trabalham com agricultura familiar. Nós tínhamos duas pontas para poder auxiliar, para que conseguissem de alguma forma não parar a produção e atingir o maior número possível de pessoas que estavam em problema de insegurança alimentar. Então, nós construímos com a Secretaria da Agricultura, através da Epagri, da Conab e também com as cooperativas. Num primeiro momento, a Secretaria da Agricultura dispôs dois milhões. Esses dois milhões não atingiriam, de fato, todos os municípios do Estado. Então, tivemos que ver como isso iria ser dado, no sentido de quais seriam eleitos, como nós poderíamos fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Vamos pedir para a senhora secretária ir concluindo, porque o tempo já extrapolou.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Estamos concluindo, já. Enfim, também tem os detalhes ali, e a Merenda Escolar a mesma coisa. Foi uma construção conjunta com a Secretaria da Agricultura e a Secretaria da Educação, para podermos atingir também esses alunos que estavam fora de aula.

Os desafios, para nós, foram os 10 Conselhos de Direito, que nós temos na pasta, não pararem com as suas atividades de plenário, e nós conseguimos manter as plenárias durante toda essa pandemia e continuamos nessa toada. Então, eles estão, sim, fazendo não só a plenária, mas algumas reuniões extraordinárias.

Aqui são os *links* para tudo que trabalhamos nas *lives*, está na *Youtube* e vocês podem acessar com detalhes. Essas foram as *lives* que nós fizemos, são muitas, por isso não dá para falar de todas.

Revendendo, o Cofinanciamento Estadual foi de R\$ 23 milhões este ano, por enquanto, e nós tivemos nesses recursos extras, no ano

passado, de emendas impositivas, R\$ 2.423.562,00. Neste ano, previsto, temos R\$ 6.208.109,00 de emendas impositivas. Temos as emendas não impositivas, os senhores conhecem muito bem, a emenda impositiva ela nos habilita a utilizar aquele recurso, mas não necessariamente se tem recurso em caixa. Nós podemos chegar a utilizar aquele recurso se tiver recurso em caixa para ser utilizado, ou seja, não é impositiva. Então, ela pode ocorrer ou não.

Agora, indo para o final, o que nós tínhamos até abril de repasse de Bolsa Família, que é recurso federal, mas é importante para mostrar o salto que isso deu agora, com a pandemia. Em abril, nós estávamos com um número em torno de 226.878. Outro dado que é interessante para vocês perceberem, qual é o valor médio, para quem conhece. O valor médio de quem recebe o Bolsa Família é em torno de R\$ 180,00 ou R\$ 170,00. É o que normalmente as pessoas recebem no Bolsa Família. O valor total em benefícios este ano, em abril, era de R\$ 22.778.000,00. Vamos ver o que aconteceu com isso, agora, na pandemia. Já indo para o final.

No Auxílio Emergencial, só para ver no *ranking* brasileiro onde nós estamos. Nós temos apenas 12,94% do Auxílio Emergencial, a nossa população em relação ao Brasil. Vejam, só para vocês entenderem, o Auxílio Emergencial, no caso de Santa Catarina, então, para sermos mais exatos, de uma população de sete milhões de pessoas, nós pulamos para quase um milhão de benefícios, isso sim é algo assustador. Esse é um número que eu gostaria que todos nós olhássemos, porque isso é o futuro. Vamos supor que metade dessas pessoas, metade, que dá umas quatrocentos e cinquenta

(A sra. Presidente lembra que o tempo de manifestação da Secretaria está se findando.)

Se essas pessoas não conseguirem reaver a sua renda, emprego, essas pessoas vão estar impactando diretamente o serviço da Assistência Social. O que significa que, se pagamos até abril R\$ 111.159.000,00 em benefícios, hoje os benefícios são de 927.000 pessoas, o que dá em termos financeiros, se nós pagávamos 19 milhões, hoje estamos pagando 575 milhões em benefícios.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Secretária, se me permite interromper, só para não perder o raciocínio.

Antes da pandemia eram 126 mil pessoas que recebiam o benefício, e passou para 927 mil, confere?

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Eram 111.159 benefícios, passou para 927.000 pessoas.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado!

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Quase um milhão de pessoas entraram para o benefício.

E última lâmina, para terem uma ideia, tem a Portaria 369, que estão nos cobrando bastante sobre o aceite, primeiro que os municípios podem fazer o aceite sem que o Estado faça o aceite, ao todo os municípios podem acessar 37 milhões. Estávamos discutindo no Consea a portaria do Ministério de Cidadania que repõe recursos federais, a 378, quando naquela tarde o Ministro da nossa pasta caiu, e aí entramos na pandemia e não

conseguimos mais discutir a questão da 378, mas é um recurso que ainda nós estamos discutindo no Fórum Nacional dos Secretários e Congemas nacional. E essa lei complementar que acabou de ser sancionada é um recurso extra, mas esse recurso vou deixar para que a Fazenda, na semana que vem, discuta com os deputados, porque nós temos os valores, mas não temos ainda o percentual, o que vai ser para a Saúde, o que vai ser para a Assistência Social no Estado. Aqui nós já temos qual é o valor que vai para os municípios, mas não sabemos ainda porque acabaram de sancionar a lei, e a Fazenda vai trabalhar estes números com os Deputados na semana que vem, porque sei que tem uma audiência com vocês.

Agradeço, e fico à disposição dos questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço a manifestação da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, e neste momento faço, como requerente desta convocação, os meus questionamentos e, em seguida, em ordem decrescente, considerando o número de membros de cada partido, iniciamos então a fala dos Parlamentares.

Quero apontar, aqui, Secretária, quatro questionamentos, e nestes quatro questionamentos bastante detalhados. Parece que, com relação aos dados do SUAS, nós temos uma situação que é antes da pandemia e pós pandemia.

A senhora apresentou vários dados, aqui, mas eu entendo que monitoramento não é junção de dados, a pergunta que eu faço é qual a forma de monitoramento dos dados do SUAS em Santa Catarina. Ou seja, o que a Secretaria acumula de reflexão, de estudo, de elaboração, de planejamento sobre estes dados. Para onde aponta o SUAS em Santa Catarina.

Há dados, também, sobre a quantidade e qual o público atendido pelo BPC, Bolsa Família, demais programas do SUAS, antes e pós pandemia, de forma detalhada? Há dados sobre CRAS, CRESS, atendimento à população de rua, Centro POP, também, as Instituições de Longa Permanência para Idoso, quantidade de atendimentos que os municípios estão fazendo, e a cobertura que existe no Estado, uma vez que a própria Secretária diz que o papel da Secretaria de Estado é orientar, repassar recursos e apoiar. Então, como está o quadro nos municípios em relação a esses dados.

Sobre recursos humanos da diretoria da Assistência Social da SDS, como está a situação atual e como estava antes do período da pandemia. Houve concurso para novos servidores, está se estruturando essa diretoria antes da pandemia, tem alguma previsão neste sentido.

O segundo ponto é o Cofinanciamento e os Recursos Extraordinários, em primeiro lugar, quais os novos recursos, eu não quero saber o que já estava previsto, eu quero saber o que tem de novo por parte do Estado e a previsão de repasse desse recurso. Este recurso, que era de agosto e vem para julho, é recurso já previsto? Quero saber qual é o recurso novo que o Estado está colocando e qual é a previsão de liberação desses recursos.

Com relação às parcelas do Cofinanciamento estadual agendadas para agosto e novembro já foi aqui anunciado de que será antecipado para julho. No entanto, é o mesmo valor, não tem aumento de valores. Terceira questão, ainda, do Cofinanciamento, quanto às emendas da Lei Orçamentária aprovadas na Alesc, tem a emenda do Deputado

Altair, que está aqui, conosco, e a minha emenda também. Uma de R\$ 12 milhões, que é de autoria do Altair, mas é do conjunto dos Deputados, a minha, de R\$ 30 milhões, que é do conjunto dos Deputados. Se tem discussões, se tem conversas, negociações, eu gostaria de saber qual é a sua posição sobre isso. Porque dizer que não é impositiva, nós sabemos, nós queremos saber se a Secretária vai fazer a luta, a briga, para que esse recurso venha para a Assistência Social. Por que eu digo isso? Porque estou acompanhando o Orçamento da Assistência, e ele vem diminuindo percentualmente. Nós tivemos, em 2018, 0,51% da receita corrente líquida, o ano de 2019, 0,48%, e este ano, se ficar o que está previsto, 0,31%.

O terceiro ponto é sobre o Plano de Contingenciamento, o Estado de Santa Catarina, a exemplo de outros estados, possui diagnóstico sobre a Assistência Social? Esta é uma pergunta. Diagnóstico, nós não entendemos como números, diagnóstico é, como eu falei, monitoramento, é planejamento, é controle social, é diálogo com os municípios, com as entidades, enfim, com toda a rede da política da assistência.

Segundo, a senhora informou que foi produzido um Plano Estadual de Contingenciamento para o Enfrentamento a Covid. A pergunta é, com quem foi construído isso, porque não chegou no controle social, e a informação que nós temos é que não está sendo construído com entidades, instituições.

Eu acho que o Governo peca quando dialoga muito para dentro e não para fora. É um diálogo muito interno e não externo. E a Assistência Social, hoje, ela está sobrevivendo pelas ações que têm nos municípios, pelos assistentes sociais, psicólogos, profissionais que estão atuando em equipe, mas também porque tem uma rede de solidariedade muito grande em termos de benefícios eventuais, aquisição de recursos, equipamentos, assim por diante.

Então, esse Plano de Contingenciamento, ele foi construído com quem, afinal de contas, estou falando para além de instituições, eu quero saber sociedade civil, sociedade externa, isso é muito importante. E qual o volume de recursos que a Secretaria de Desenvolvimento Social coloca para execução imediata de ações de apoio aos municípios.

Por último, eu reforço, a importância desta rede de diálogo, eu acho que a gente não está em uma condição de hierarquia, de dizer eu faço e você executa, é numa construção de relação de apoio. Mas existe um organograma, existe uma estrutura toda, no SUAS, que precisa ser respeitada, e construída, e compartilhada.

Então, esses são os meus primeiros questionamentos, e respeitando o protocolo da Assembleia, vou chamar as duas primeiras manifestações, por ordem, o MDB. Tem algum Deputado inscrito para manifestação em nome do MDB? Nós vamos fazer, como eu disse, pela ordem de três falas na sequência. A minha e mais três partidos.

Concede a palavra ao sr. Deputado Sargento Lima, que se manifestará em nome do PSL.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Boa dia, Deputada, Deputados. Cumprimento também a Secretária.

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o trabalho das mulheres dentro da Assembleia Legislativa, e de forma especial três pessoas que eu vejo muito empenhadas dentro dessas demandas, que são

importantíssimas, como as deputadas Luciane Carminatti, Ada De Luca e Marlene Fengler.

Na verdade, é somente para reforçar e endossar os questionamentos da senhora, porque é visível que existe uma diminuição percentual dos investimentos por parte do Estado, isso é uma realidade, na verdade não houve algo crescente apresentado pelo Estado. As tabelas estão ali, os números estão ali, e isso, é claro, um investimento percentual ele diminui, ele não cresce, e isso é preocupante. Está preocupante demais mesmo.

Deus me livre, se a gente não pudesse contar, dentro dessa área, hoje, com recursos federais, e também, principalmente, com o voluntariado, das pessoas dos nossos municípios. Eu tenho uma preocupação muito grande, e com isso justamente elogiei as deputadas, Marlene e Ada, que sempre abordam um assunto que para mim é preocupante, a situação das mulheres, estou dizendo aquelas que estão em situação de fragilidade, e pelos seus abrigos. Isso é uma constante, aqui, em Joinville, a gente vê bastante isso acontecer devido à violência doméstica, e levando em consideração de que leva uma bagagem muito grande para aonde ela vai, que não é somente os filhos, é a responsabilidade de cuidar deles, a responsabilidade do trabalho. E de verdade, mesmo, assim, com exceção das *lives*, é um governo bastante voltado para este recurso da *live*, mas enfim, eu não vejo nada de efetivo mesmo.

Graças a Deus, eu me considero um Parlamentar que está bastante próximo dos problemas da minha região e de todo o Estado, também, mas eu gosto de focar bastante aqui, porque aqui é a minha cidade, eu conheço a realidade dela, e o meu questionamento é esse mesmo, com exceção das *lives*, não vamos falar aqui dos números, que hoje dependem exclusivamente do voluntariado, principalmente o voluntariado, que tem feito algo maravilhoso aqui no Estado, e de recursos federais, e por parte do Estado vejo essa escassez de empenho, ou de um preparo, não sei do que se trata essa escassez. Santa Catarina tem essa característica exclusiva de, nesta época, agora, principalmente de inverno, além do isolamento social causado pela Covid e pelo próprio inverno mesmo, o cidadão fica mais dentro da casa dele, o que aumenta essa possibilidade considerável de haver choque entre marido e mulher, o que acaba ocasionando a violência doméstica, e isso, sim, é preocupante. Nós temos, aqui, delegacias especializadas para mulher na nossa cidade, o encaminhamento para esses abrigos tem sido dificultoso, e a gente sabe que ali não está mais um trabalho que possa ser considerado (inaudível), mas é um trabalho essencial porque está preservando vidas.

Nós tivemos, agora, nos últimos dias, mais um caso de uma morte, enfim, para concluir, é isso que eu quero saber da Secretária, mesmo, com exceção das *lives*, que é uma característica desse Governo, o que, de forma efetiva, está sendo feito, porque precisa de um planejamento, como disse a Deputada Carminatti, e o planejamento, o próximo passo depois dele, e execução. Planejou, executa, senão perde o sentido a coisa. Seria isso, o meu questionamento é voltado exclusivamente para este campo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Sargento Lima e passo à palavra ao representante do PSD, Deputada Marlene Fengler. Em seguida, ouviremos a resposta da Secretária a estas primeiras questões.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Na verdade, a Deputada Luciane já perguntou o que eu ia perguntar, mas tem duas perguntas que eu gostaria de fazer. Uma delas é, de que forma o estado agregou os atores que fazem a política de assistência social no estado de Santa Catarina, e quais foram as ações conjuntas, específicas, que foram adotadas no Estado para este momento de pandemia. E outra questão que me preocupa demais, vai meio na linha do que falou o Deputado Sargento Lima, é com relação às instituições de acolhimento de idosos, existe algum projeto, existe algum plano, nem só plano, existe alguma ação concreta para atendimento dessas pessoas, que neste momento são um grupo de risco muito grande, em potencial, e que muitos deles não tem... A gente tem as instituições, e eu queria saber como é que o Estado estruturou essas instituições para que as pessoas não sejam acometidas da Covid dentro das mesmas.

E também, na mesma linha, os abrigos às pessoas que foram vítimas de violência doméstica, esses abrigos foram estruturados de uma forma específica, agora, para este momento, ou continuam sendo os mesmos espaços que já existiam antes, mas têm um olhar diferenciado, têm alguma ação conjunta com as prefeituras, ou como está sendo tratada esta questão, que eu acho extremamente importante, pois essas pessoas, neste momento, não conseguem nem falar, estão todos em distanciamento social e não têm muito a quem recorrer.

Então, é uma preocupação grande que eu tenho, de saber qual é a ação concreta que o estado adotou, neste sentido, para que essas pessoas estejam resguardadas, cuidadas, tanto nos abrigos, nas casas de acolhimento, quanto nessas instituições, também, que acolhem os idosos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Vou passar a palavra para a Deputada Ada, pois no início eu havia chamado o MDB.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde a todos os Companheiros, boa tarde à Secretária Elisa, que se dispôs a fazer a reunião conosco, muito obrigada. Eu estava na reunião da Comissão de Economia, Presidente.

O que eu gostaria de falar com a Secretária Elisa é de conhecimento dela, meu, de muita gente, só se aumentou, que a Secretária, em média, tem 112 mil famílias que são beneficiadas pelo Bolsa Família em Santa Catarina.

A Secretária fez algum estudo buscando reativar aquele Programa lá atrás, o Programa Santa Renda. Não sei se alguém já perguntou. Que é um programa estadual e que tem como objetivo completar e complementar o valor do benefício do Bolsa Família. E acho que seria de suma importância que fizesse isso, se já não fez, nessa época de pandemia. É uma sugestão. Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra a sra. Secretária, por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Agradeço pelas perguntas, o tempo de cinco minutos é pouco, mas vou tentar.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o problema da política pública de assistência social todos nós sabemos que é do Brasil inteiro, de todos os estados brasileiros, esta perda ocorre em todos os Estados. Então, não justifica nada, muito pelo contrário, por

isso é que nós temos que ter voz para poder buscar que essas recuperações ocorram. Então isso é algo histórico, não é problema deste Governo, ou deste Estado, tanto é que discutimos muito no Conselho essas perdas, no ano passado, chegamos à conclusão que vamos entrar num colapso se não formos de alguma forma, por toda a sociedade, de verdade, se não formos olhados, se as pessoas não olharem. Lamentamos extremamente que em tempos de pandemia os olhares se voltaram para a nossa política pública, que é algo que não precisávamos ter chegado aonde chegamos para ver todos os colapsos em todos os nossos serviços. E eu estou aqui para dizer, e digo para todos os Prefeitos com quem me encontro, que quem de fato sofre é o Prefeito, lá na ponta, e nós sabemos disso. O Estado é responsável e sabe que deveria, sim, ter mais recursos para repassar, isso a gente nunca negou. Hoje, para sustentar só a básica, nós precisaríamos de 33 milhões, porque teria um terço de Brasília, um terço nosso, um terço do município, e aí nós acabamos repassando recursos para alta complexidade, onde estão todos estes questionamentos que os senhores fizeram, dos abrigados, seja idoso, seja criança, seja mulheres, que é alta complexidade, e os municípios não têm mais fôlego para esses serviços, para conseguir, de fato, mantê-los e na qualidade que deveria, e quando eu digo qualidade, olhando para os nossos trabalhadores do SUAS, não é qualidade técnica, é quantidade de pessoas suficiente na equipe para dar o suporte que deveria.

Então, nós sabemos que estado paga mais em ações judiciais, por conta de vagas que nós temos que pagar para o abrigo, do que o que se passa para a alta complexidade nos Cofinanciamentos. Isso, todos nós, os que estão nos ouvindo em casa, e os senhores que estão nos ouvindo agora, aí da Alesc, sabem que isso é histórico. E que nós, aqui, estamos tentando reverter.

A questão das mulheres, que me perguntaram, temos 98 vagas sobrando em abrigos. Pelo levantamento dos abrigos do Estado, nós temos aqui 45 vagas em abrigos que são governamentais, no sentido do município, Governo municipal, e 53 vagas em abrigos não governamentais. Isso ocorre porque na maioria das vezes essas mulheres que precisam de medida protetiva acabam indo para o seio da família, para alguma casa de parente. Aquelas que realmente não têm como se sustentar, ou a família, ou ter um abrigo familiar, é que procuram estas vagas. Estas vagas, hoje, num levantamento atualizado por causa da pandemia, nós descobrimos que tem 98 vagas sobrando nesta rede, que é uma rede que quem oferta são os municípios, isso o Estado sabe.

Lembrando uma coisa importante, que um dos Deputados me perguntou sobre *lives*, sim, este Governo é um Governo mais sem papel, sem dúvida, é um Governo que quer enxugar diárias e passagens dos seus servidores, então, nesta parte, nós conseguimos, no ano passado, por exemplo, diminuir quase 200% das diárias, porém nós não fazemos apenas e tão somente capacitações *online*, nós sempre fizemos capacitações, ou regionais, ou pontuais, conforme o assunto, de imigrantes foi assim, principalmente no oeste, e tínhamos toda uma programação presencial pronta, tanto para o SIPIA CT, SIPIA SINASE, Imigrantes, e o nosso

CapacitaSuas, além de outras tantas oficinas que íamos oferecer, na pandemia, o que nós fizemos? Tivemos que traduzir tudo isso em *lives*, porque nós não temos, por decreto, como nos reunir. Não podemos reunir as pessoas para poder dar essas capacitações presenciais. Então, todo o nosso calendário está à disposição, se quiserem ver, das *lives* que iam ocorrer. Inclusive, na semana do decreto nos íamos para Itapiranga, só para discutir e ajudar o Prefeito sobre a questão dos imigrantes, já tínhamos horário.

(A sra. Presidente lembra que o tempo está se esgotando.)

Senhora Deputada Carminatti, tem tantos assuntos que me perguntaram, e sabe que é impossível chegar a bom termo, mas apenas sobre diagnóstico. Já, desde o ano passado nós trabalhamos com diagnóstico, aliado, eu quero lembrar isso, é muito importante, essa secretaria nunca trabalhou, de fato, com diagnóstico, que nós não tínhamos um BI aqui.

Hoje nós podemos, por exemplo, olhar para trás e ver, o que às vezes eu tenho no CAD SUAS, não é atualizado mês a mês, como o nosso BI, por exemplo. Então, o que nós tínhamos de quilombolas, o que nós tínhamos de indígenas, alguns dados eram de 2017, hoje não. Hoje nós temos o dado deste mês, então, em termos de diagnóstico, e sem diagnóstico não se constitui nenhum tipo de planejamento de políticas públicas, então foi um salto, e não foi por causa da pandemia. A pandemia apenas e tão somente fez com que outras instituições, que nunca nos procuraram, não é a Alesc, por favor, a Alesc sempre foi uma parceira, mas que vieram nos buscar dados.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Secretária, eu vou lhe interromper porque tem vários Deputados inscritos. Vou solicitar que todas as questões que foram feitas e não respondidas, incluindo as minhas questões, que são várias, eu sei, que todas sejam respondidas e enviadas aos nobres colegas Deputados, para que possamos respeitar a ordem da fala dos Deputados.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Eu fico agradecida, porque é mais fácil por causa do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra ao colega Deputado Maurício Eskudlark, representando o PL, e na sequência, pelo PP, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputada Luciane Carminatti, eu estava com problema no áudio, acho que a Assembleia tem que fazer uma economia para darmos uma olhada nos nossos computadores e a rede da Casa, que realmente está complicada.

Quería saudar a Secretária, estivemos conversando sobre os trabalhos realizados na Secretaria, eu estou aqui representando, agora há pouco recebi o convite do nosso Líder Deputado Ivan Naatz para representar o partido. Eu fico acompanhando e me sinto representado pelos demais Colegas, Deputada Luciane.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Maurício Eskudlark e passo a palavra ao Deputado Altair Silva, representando o PP, e na sequência o Deputado Fabiano fala em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O Deputado Marcio Machado

gostaria de fazer uso da palavra e ele poderá representar a nossa bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Concedo a palavra ao sr. Deputado Marcio Machado.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Deputada Luciane Carminatti, os meus cumprimentos, os meus cumprimentos à Secretária e a cada um e cada uma. Estou trabalhando em videoconferência, mas cumprimento os Colegas que estão na Assembleia.

Eu tenho três pontos, Secretária, em relação aos recursos de novas unidades habitacionais, se o Governo tem uma linha de crédito para os municípios, ou uma linha direcionada para as novas unidades habitacionais, e deixo como sugestão que a gente não doe a casa, mas que a casa seja do poder público, que ele use através de comodato. Por quê? Aqui, em Lages, as pessoas ganham a casa, depois de dois ou três anos trocam por um carro, e vão para o litoral. Trocam por um... Não sei, eles vendem a casa. E dá todo aquele rolo através da Justiça.

Outro ponto importante também, qual é a política pública efetiva em relação ao uso de drogas, especialmente da juventude, que está assombroso isso, e em relação ao alcoolismo. Eu fiz uns estudos, existe a Naltrexona, que é o LDN em altas dosagens direcionado para alcoolismo e drogas pesadas, eu acredito que a gente possa estar atuando em parceria, em sinergia com a Secretaria da Saúde, também. E, por último, em relação a um tema muito defendido pelo deputado Kennedy, é sobre a automutilação e suicídio. Hoje os jovens, eu não sei o que está acontecendo, estão cada vez mais cabisbaixos, cada vez mais deprimidos.

Eu ministro palestras, chego nos lugares, tem que dar um animo neles, eles acordam, mas depois voltam, então seriam esses três temas, para concluir, Deputada Luciane. Unidades habitacionais, alcoolismo e drogas na juventude, e também sobre automutilação e suicídio. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Passo a palavra ao sr. Deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - O meu boa-tarde a todos os senhores Deputados, senhoras Deputadas. Vejo que o grupo de Deputadas mulheres está maior na nossa reunião, inclusive a nossa Secretária, a Elisa, a quem parabeno pelo seu trabalho, pelo desafio que tem por esse momento, um momento difícil. Existem dois setores do Estado que são os mais provocados neste momento de pandemia, o primeiro deles é a Saúde, e o segundo é a Assistência Social. Os municípios, eu recebi vários contatos de municípios, até sabendo dessa audiência que estaria ocorrendo agora à tarde, conduzida pela Deputada Luciane, quero parabenoizá-la pelo rol de perguntas que fez, praticamente classificou as perguntas de todos nós, mas eu vou na preocupação.

Como a senhora apresentou, me parece que o Governo federal está fazendo a sua parte, e fazendo até mais do que a sua parte, estando muito presente, com o aporte de recursos, neste momento, para fazer o equilíbrio, principalmente em relação ao Bolsa Família, o que a gente fica muito grato, através desta informação, já que é um programa de muitos anos, que vem salvando a vida de muitos brasileiros. É um programa muito conceituado.

Eu quero fazer a seguinte pergunta, que a Deputada Luciane também já colocou, e aí acredito que todos os senhores Deputados e senhoras Deputadas estão inclusive à disposição, se for preciso marcar uma audiência com o Governador Moisés, com a sua presença, para fortalecer esta força política, no sentido de que as emendas que foram inclusive negociadas, sei o quanto a Deputada Luciane e nós também negociamos com os demais Deputados para conseguir incluir no Orçamento deste ano, são ao total R\$ 42 milhões, que eu tenho a certeza, fariam muita ajuda aos municípios e à Secretaria da Assistência Social. De forma que eu tenho certeza, o que a senhora precisar dos colegas Deputados, independente da posição em relação ao Governo, se é oposição ou situação, eu tenho a certeza de que para a Assistência Social e a Saúde não existe oposição, só existe situação. Se a senhora precisar de um grupo reforçado de Colegas, que marquemos uma audiência em conjunto, para que haja um... Eu sei que o Governo está espremendo o seu Orçamento de todas as formas, mas que consiga espremer um pouquinho mais, lembrar da Assistência Social, porque os municípios não conseguem mais vencer a demanda, é uma fila nas Secretarias da Assistência Social, a demanda é muito grande. E eu sei que sem recursos ninguém vai fazer milagres, e nós precisamos buscar uma alternativa para essa demanda, e por isso nos colocamos à disposição para ajudar a senhora a conquistar esse recurso da Secretaria. Não é para a Secretaria, nem para a Secretária, é para os catarinenses mais humildes que estão precisando de uma presença mais forte do Estado neste momento. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao sr. Deputado Altair Silva, e passo a palavra ao sr. Deputado Fabiano da Luz, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Boa tarde a todos! Boa tarde Secretária, não quero repetir a pergunta de algum Deputado, até porque não ouvi todas, peguei parte da explanação da Secretaria sobre os investimentos, depois precisei atender e perdi uma parte da conversa. Então, me perdoem, vou tentar resumir um pouco do que o nosso grupo de trabalho da área de Imigrantes da Assembleia Legislativa, a qual a senhora conhece, algumas perguntas que vêm da professora Sandra Bourghignon, da Universidade de Chapecó e da antropóloga doutora Janaína Santos. Basicamente é a questão dos imigrantes, sobre as dificuldades que a população está enfrentando com relação ao cadastro. O cadastro não fala da realidade dos imigrantes, porque muitos nem sabem que precisa fazer este cadastro. Se a Secretaria tem esta noção e se está fazendo algo para resolver isso.

Com relação à pandemia, principalmente a questão das agroindústrias, boa parte da população que está sendo afetada é de imigrantes também. Se tem uma ação da Secretaria com relação a isso. Se as ações, no geral, de apoio a imigrantes, que a Secretaria de Assistência Social vem tomando, se considera que isso é suficiente para atender a essa população. Ainda, com relação aos imigrantes, na questão dos frigoríficos, que providência está sendo feita para ajudar e amenizar, de uma maneira geral, os trabalhadores destes estabelecimentos, sejam

eles brasileiros ou imigrantes. Também, o que vem aumentando é a violência contra imigrantes, a violência doméstica, e os casos de racismo, que estão sendo registrados aqui em Santa Catarina, se há uma posição da Secretaria sobre isso.

Eu vi que a senhora já explanou a questão dos indígenas, das barragens, também, e se a Secretaria está pensando em oferecer algum curso *online* para capacitar a população migrante durante este período do isolamento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz. Passo a palavra à senhora Secretária por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Agradeço pelas palavras.

Sim, nós vamos precisar muito do apoio da Alesc, como sempre apoiou, e não negamos que é muito importante este apoio.

Sobre a habitação, hoje nós temos o primeiro diagnóstico feito no Estado sobre habitação. Precisariamos de R\$ 500 mil para resolver a questão de risco, tirar aquelas pessoas que estão em área de risco, mas para resolver o problema de Santa Catarina na habitação nós precisamos de R\$ 10 bilhões. Não é simples falar em R\$ 10 bilhões, se nós não temos hoje nenhum recurso de financiamento federal que esteja no horizonte. Então, é complicado e é histórico também, e nós precisamos de ajuda, sim, para alavancar. O nosso diagnóstico está prontinho, com três alternativas para podermos começar a questão da habitação, ou recolocar a questão da habitação em discussão, e quando o Deputado quiser, ou a Alesc quiser, nós podemos mostrar, só fazer um *live*, uma conversa, ou uma *WEB*, só sobre o diagnóstico da habitação.

Sobre a questão de drogadição, álcool, drogas, mutilação, suicídio, sim, Deputado, nós temos diagnóstico para tudo isso, o suicídio foi ampliado demais de uns anos para cá, no ano passado isso explodiu, e este ano os dados são assustadores, mas esses dados, que nós temos no nosso diagnóstico, eles são a cada dia alimentados principalmente pela Segurança Pública, pelo IGP, então nós temos dados no Estado que nos apontam, e como todas as violações de direito, e todos os problemas que nós temos na assistência social em direitos humanos, o trabalho vai ser sempre intersetorial, sempre multidisciplinar. Então, não há como tratar uma política pública nestas áreas se não for junto com a Saúde, principalmente esta questão da drogadição, com a Saúde e com a Educação. Então, nós temos aqui o diagnóstico, nós temos os nossos serviços, e esta interlocução com as outras secretarias para atacar este problema, que também é um problema que se agigantou no mundo inteiro.

Sobre a questão que um dos Deputados me perguntou, dos recursos federais, de fato, além daquilo que já está vindo como auxílio emergencial, esta nova lei que foi sancionada agora, a Lei n. 173, o Governo vai disponibilizar para o Estado R\$ 219 milhões e para os municípios R\$ 102 milhões. E ainda isso carimbado, saúde e assistência, e ainda livre, virão para o Estado R\$ 1.150.000.000,00, sendo que R\$ 780 milhões vão para os municípios catarinenses.

Então nós precisamos, além daquilo que vem carimbado, Covid, Saúde e Assistência, teremos também recurso livre que

vem para o Estado e também para os municípios, e que na construção com a Fazenda e essas Secretarias, nós vamos saber como esses recursos serão, então, implementados dentro do Estado de Santa Catarina.

Sobre imigrantes, muito nos orgulha, aqui nesta Secretaria, o trabalho que fizemos com imigrantes durante o ano inteiro, no ano passado, e este ano também. Nós temos conversado muito com os municípios, lá na ponta, os que mais estão sofrendo com os imigrantes, além de todo material em várias línguas, que nós fizemos agora na Covid, por uma emergência, e em dos primeiros diagnósticos que nós tivemos foi exatamente o número de imigrantes que sequer acessam Bolsa Família, e fizemos capacitação o ano passado todo, com a nossa equipe da Diretoria de Direitos Humanos sobre imigrantes. A nossa proposta real, final para conseguir resolver melhor esta questão do imigrante, foram os contratos das empresas que exploram esta mão de obra, eles têm que ser revistos. Porque se eu trago esta mão de obra e pago um salário mínimo durante três meses, três meses não me dão garantia no serviço, boa parte deles vão para a rua, e o que acontece é que viram pessoas em situação de rua e agigantam o serviço da Saúde e da Assistência Social.

Portanto, se este empregador é realmente benevolente, quer ajudar, e quer fazer esta integração deste imigrante, ele precisaria, no mínimo, dar um ano de garantia do trabalho. Auxiliar, ou com um abrigo ou com um auxílio aluguel, porque quando a pessoa ganha mil e poucos reais não consegue pagar aluguel e se alimentar.

Então, essas pessoas tendem a morar muito mal porque moram muitas famílias juntas, numa questão de pandemia isso foi um desastre, e não têm a garantia do emprego. E não agigantariam os serviços do município se esse empregador ajudasse nesse aluguel, ajudasse na Saúde, algum tipo de seguro saúde para esse empregado, e conseguisse mantê-lo pelo menos um ano no serviço para que ele tivesse algum tipo de estabilidade antes de ser mandado para a rua ou de sair desse serviço.

Estamos trabalhando diretamente com os prefeitos mais impactados para que chamem os empresários para conversar, e na outra ponta nós estamos questionando a cada semana essa operação de interiorização de imigrantes, porque Brasília nos manda os imigrantes sem nos avisar.

Nós somos avisados, ou pior, o prefeito é avisado quando o avião está pousando no aeroporto, aí é que nós vamos saber que imigrantes estão chegando no Estado, não dá para planejar, não dá para trabalhar dessa maneira, e nós não vamos mais trabalhar desta maneira. Se é para fazer algo de humanitário, tem que ter planejamento desde o Governo Federal até o empregador lá na ponta. Senão, não dá para nós continuarmos neste modelo de trabalho de exploração da mão de obra de imigrantes no Estado de Santa Catarina e (inaudível).

A sra. Deputada Paulinha - Gostaria de saber se inda é possível deixar perguntas, mas não posso escutar a resposta porque tenho uma reunião de Líderes e acabei de receber uma ligação para ir para lá. Mas não queria deixar de fazer a pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A Deputada Paulinha seria a terceira a fazer perguntas neste bloco, mas vamos mudar o cronograma.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Secretária, eu não tive ainda, em razão das urgências da Covid, o privilégio de conversar com o Governador sobre esta pauta. Mas já que a senhora está aqui, eu não posso perder esta oportunidade. A soma das três parcelas dos municípios, da PPI, da maioria dos nossos municípios, de 80% dos municípios, é de 60 mil/ano, o que dá cinco mil/mês. E aí a gente tem um caso clássico, crítico, de aumento crescente da demanda de assistência social e o nosso Governo não conseguiu oferecer nenhum tipo de recurso auxiliar para o combate à pandemia, neste momento, para assistência, e esse 60 mil por ano, dividido em 12 meses, dá cinco mil/mês. Vocês estão ouvindo uma ex-prefeita de uma cidade pequena que sabe que é uma tristeza, com cinco mil por mês é possível fazer o quê? Aí tem que escolher, ou trabalha a ILPI ou se põe esse dinheiro no CRAS, ou se põe no abrigo, porque não dá para fazer nada. E os municípios, agora, estão numa situação, todos os Deputados sabem, tem amigos nossos, Prefeitos, que não têm dinheiro para pagar a folha do próximo mês. Se o Estado está ruim, os municípios mais pobres estão pior ainda.

Então, além de dizer isso, é mais do que um apelo que eu faço, nós precisamos achar alguma fonte de recurso para essas pequenas cidades, para as comunidades mais pobres, porque senão tudo que falamos aqui vai ser inútil. O fato é que a gente tem uma situação de colapso, hoje, e que precisa de recursos e o estado também tem que apontar com alguma coisa, a meu ver. Este é o meu pedido para a senhora, secretária. Também agradeço à Deputada Luciane e aos Colegas por permitirem deixar a minha fala registrada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigada, Deputada Paulinha.

Passo a palavra ao PSDB, gostaria de saber quem fará uso da palavra, uma vez que não vejo o Deputado Marcos Vieira, que estava inscrito.

Desta forma, passo a palavra ao sr. Deputado Laércio Schuster, pelo PSB, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Muito obrigado, deputada Luciane. Quero cumprimentar os nossos colegas Deputados que estão acompanhando este debate extremamente importante. Também gostaria de agradecer a presença e a disponibilidade da nossa Secretária de Estado de Assistência, Maria Elisa.

Na verdade, eu serei bem rápido, porque eu tenho dois pedidos a fazer à Secretária, que fizeram parte, que surgiram de uma reunião de colegiado dos Secretários de Assistência Social lá da AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, lá na cidade de Blumenau, a região pela qual nós representamos.

Os pedidos, o primeiro, é que seja feito o pagamento imediato aos municípios do valor da política de Cofinanciamento da assistência social. E o segundo pedido é uma abertura de crédito extraordinário para auxiliar os municípios na crescente demanda por serviços da assistência social neste período de pandemia.

Como foi colocado por alguns colegas Deputados, é de extrema importância, principalmente para as nossas pequenas cidades, que o estado de Santa Catarina esteja mais próximo, principalmente dos nossos gestores. Porque é lá que o Brasil acontece, é lá que nós temos as nossas lutas, principalmente da proteção dos mais vulneráveis. Eu gostaria muito que a Secretária pudesse acompanhar de perto a dor e o sofrimento dos nossos gestores municipais que, sem dúvida nenhuma, também possuem em suas cidades a grande dificuldade de fazer mais com menos, e é lá, nas pequenas cidades, que as pessoas precisam mais ainda da nossa atenção.

Quando o Deputado Sargento Lima, só um adendo, aqui, para a Secretária, colocou que esse é um Governo de muitas *lives*, a senhora me perdoe, eu compreendo o novo olhar de gestão que o Governo Moisés possui, é um Governo sem papel, querendo economizar aqui, querendo economizar ali, porém a realidade das pessoas, principalmente nas pequenas cidades, os desafios dos gestores municipais, os Líderes, empresários, os trabalhadores precisam avançar, e quando buscam o apoio, tanto do Governo do Estado, ou do Governo Federal, para que estes desafios sejam vencidos, o melhor caminho, Secretária, não é apenas olhar para os números da economia, os números do papel, o melhor caminho é ir lá, na cidade, conhecer a realidade, conversar com essas pessoas, isso não é custo, isso é investimento. E quem está aqui falando para a senhora com muita humildade, é um ex-gestor municipal, onde eu também tive a oportunidade, junto com os nossos trabalhadores públicos, de me tornar um Prefeito amigo da criança. Então, foi uma área em que investi muito, na assistência social, porque eu vivi a vida real da assistência social, e não era apenas por *live*. Era conversando com as pessoas, era sentindo, era olhando, era abraçando.

Essa é a minha crítica, sempre construtiva, é claro, que eu faço ao Governo Moisés. Independentemente, muito obrigado à senhora por ter se colocado à disposição, e ficam dois pedidos extremamente importantes para os nossos Secretários de Assistência Social da região da AMMVI.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradeço ao Deputado Laércio, gostaria de consultar se temos a presença do Deputado Bruno Souza, pelo Novo, pois não vi a sua manifestação.

Pelo Republicanos, o sr. Deputado Sérgio Motta também não se manifestará, então, o último manifestante é o Deputado Jair Miotto, pelo PSC.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Deputada, pude acompanhar um pouco, pois estava na reunião da Comissão do Mercosul e agora estamos indo para a reunião da Liderança, mas gostaria de parabenizar pela iniciativa e cumprimentar a Secretária pela presença.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Agradece ao Deputado Jair Miotto, e concede a palavra à Secretária por até cinco minutos.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Em relação ao que a

Deputada Paulinha falou, e agora o Deputado Laércio, eu vou confessar algo que converso com os Prefeitos na ponta. Eu não sei o que realmente traz para os Prefeitos a coragem dessas pessoas, de estarem à frente do Executivo Municipal. Tem que ter um desprendimento de alma e uma coragem que poucos têm, porque hoje, o que a gente vê? Todos nós temos boas ideias, Brasília inventa um monte de programa, o estado inventa outros, a legislação diz que tem que ser assim, tem que ser assado, só que tudo deve ser cumprido na ponta. Então, realmente, se tem um local que é de extrema solidão, é justamente essa posição de ser Prefeito de um município. Porque não é, de fato, nas nossas portas, que o cidadão vem bater. O cidadão bate na porta do Prefeito, e esta conversa franca, porque a gente reconhece que não é só na política de assistência, direitos sociais, habitação, que falta recursos, faltam recursos em todas as nossas políticas públicas. Isso é histórico, infelizmente, e a gente percebe uma coisa importante, o diálogo, sem dúvida, é o que constrói. Nessa Secretaria, nós temos 10 Conselhos de Direito, dois são setoriais, o que significa que há interlocução entre o Governo e a sociedade civil, esse controle social nós estamos *pari passu*, sempre, o tempo todo, aqui, administrando, porque as demandas chegam pelos Conselhos, a gente reage de acordo com as necessidades, e digo mais, as parcelas que o Deputado nos solicitou, a primeira já foi adiantada, e a segunda já será adiantada também. Nós ainda não discutimos a última parcela, mas o auxílio está chegando, fora o que vai vir agora, neste auxílio que vem de Brasília, da Lei n. 173.

Então, na medida do possível, e infelizmente por uma pandemia, os recursos, de alguma forma, estão chegando. E para minha preocupação, e que deveria ser a de todos nós, a nossa política verdadeiramente vai ser impactada daqui para frente. Foi impactada agora, sem dúvida, pelas emergências, bem ou mal, por ajuda das pessoas, pela ajuda de instituições, todos ajudando para tentar passar esse turbilhão. É só um momento de turbilhão. O nosso problema real, verdadeiro, para as nossas políticas públicas de assistência e de direitos humanos, virá agora, com a quantidade de pessoas que não vão conseguir refazer a sua vida. Não vai conseguir mais refazer a sua vida, são essas pessoas, sim, que vão entrar no serviço de assistência e nós vamos precisar fazer um trabalho para este futuro próximo, dois meses, três meses, daqui para frente, até o ano que vem, quicá até dois anos. Isso é que nós temos que refletir conjuntamente, com todas as instituições, não só o Governo do Estado, o Governo Municipal, a Alesc, todo o sistema de Justiça. Se nós todos não tivermos essa consciência para este futuro, aí, sim, verdadeiramente, nós vamos entrar num colapso na nossa política pública de assistência social.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Secretária, eu gostaria de fazer um registro final em função da manifestação de todos os Deputados, fazendo duas solicitações, inicialmente, para que seja enviada, toda essa apresentação, para a Assembleia, porque

vários Deputados já estão solicitando no privado, então, que seja enviado para nós e providenciaremos o envio aos 40 Parlamentares.

Também, para que todas as questões que não foram respondidas, gostaria que fossem respondidos, então, todos os questionamentos dos Colegas. Quero também destacar, Secretária, que eu entendo que para haver um Plano de Contingenciamento, ele precisa ser construído. No meu entendimento, a síntese que eu faço, é que não tem Plano de Contingenciamento, hoje, no Estado de Santa Catarina, do ponto de vista do SUAS, porque plano não é uma elaboração de um documento que fica na mesa da Secretária. Um plano precisa ser apresentado ao Conselho Estadual da Assistência Social, ele precisa passar pelo controle social, ele precisa ser construído com os parceiros.

Então, gostaria de fazer este registro de que este Plano de Contingenciamento seja construído rapidamente, já é para ontem, com as entidades e com toda a estrutura do SUAS em Santa Catarina. Também quero destacar que o Congresso Nacional está fazendo um grande trabalho e nós, aqui, enalteçemos. Enquanto muitos falam que os políticos não estão preocupados com a vida do povo, é graças ao Congresso Nacional que hoje nós tivemos várias leis aprovadas, a exemplo do auxílio emergencial, que pelo Governo Federal era R\$ 200,00, mas ficou em R\$ 600,00. Então, parabéns aos Deputados e Senadores que estão provando que é possível auxiliar os Estados e municípios.

Gostaria muito que este recurso, que vem para os municípios e Estados, fosse o mesmo que os bancos receberam, não é bilhões, é R\$ 1,3 trilhões. Então, eu quero dizer, porque não podemos aceitar que para as políticas do SUAS, da Saúde e da Educação a gente se conforme com recursos que são destinados e que não atendem a demanda dos nossos municípios e dos nossos Estados.

Então, reforçando, muito obrigada aos Senadores, muito obrigada aos Deputados Federais, que quando o Governo Federal inclusive vetou o auxílio emergencial para pescadores, agricultores, a área cultural, está lá o Congresso Nacional defendendo, nesta pandemia, em especial, quem mais precisa. E quero, por último, Secretária, dizer, que nós fizemos um trabalho, em Santa Catarina, eu coordeno a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, e nós construímos algo inédito, que é justamente a criação do Comitê SUAS-Covid/SC, 2019, e este comitê tem uma grande participação. Quando a gente cobra, aqui, maior adesão da sociedade, é porque é possível, sim, que nós dialoguemos com todos, de forma respeitosa. Então, ressaltar a inclusão, a participação neste comitê do FEUS - SUAS, usuários e usuárias; do FET - SUAS, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS; do Conselho Estadual que conta com a representação da sociedade civil não governamental por meio do FEPAS; Ministério Público; Associação dos Assistentes Sociais; a UFSC, departamento de Serviço Social da UFSC tem nos ajudado muito na elaboração da proposição, na reflexão dos problemas que estamos enfrentando. A Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, vários Parlamentares, aqui, de diferentes partidos integram esta frente

Parlamentar; o Conselho de Psicologia; o Conselho de Serviço Social; a Defensoria Pública; o Coegemas, que é o Conselho dos Secretários, dos gestores da Assistência Social; e neste sentido, também, eu quero agradecer à Frente Parlamentar que está conosco; a FECAM; as Associações de Municípios; também a Frente Estadual em Defesa do SUAS e da Seguridade Social; o Fórum Estadual dos Usuários do SUAS; enfim, todos os que eu já citei aqui.

Quero dizer que a gente cobra muito isso, Secretária, porque nós entendemos que o problema que estamos enfrentando é muito grande, e tende a ficar pior, é verdade, mas só vamos conseguir enfrentar se o Governo sair das quatro paredes, sair teoricamente, porque sabemos que estamos num momento de muitas atividades virtuais, mas o diálogo é possível ser feito, nós precisamos, a exemplo do trabalho que o Padre Vilson Groh faz em Florianópolis, nós temos centenas de milhares de pessoas em Santa Catarina fazendo trabalhos assim.

E eu gostaria que todos tivessem assento neste debate sobre contingenciamento, política do SUAS, porque quando chega para o Deputado, chega a seguinte fala, que a política do SUAS, lá no município, não está acontecendo. A gente sabe que está acontecendo, mas a gente precisa dizer como é que socorre, nas diferentes políticas, o povo que mais precisa neste momento.

Então, eu quero, Secretária, agradecer a sua presença, a Assembleia está sempre à disposição, a nossa Frente Parlamentar também está aberta para o diálogo, nós queremos que, além de constatações, efetivamente as respostas venham, e venham com muita objetividade.

Concedo a palavra à Secretária para a sua saudação final e se despedir de todos os colegas, porque nós já atingimos o tempo máximo.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Maria Elisa da Silveira De Caro) - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de mostrar o trabalho. É um trabalho, eu posso dizer, que foi feito por técnicos desta Secretaria, que são servidores de carreira, pessoas muito bem formadas, sabem exatamente o que estão fazendo, porque foram formadas para esta finalidade.

Também dizer que, como a vista para um ponto é sempre uma vista singular, do meu ponto de vista nós, sim, sempre estivemos perto dos municípios, sempre compusemos com o Coegemas, temos um diálogo bastante franco com o Coegemas e com outras instituições. Nós temos uma interlocução extraordinária com o sistema de Justiça, Tribunal de Justiça, Ministério Público, OAB, DPU, DPE, nós estamos sempre dialogando, porque as nossas políticas são interinstitucionais e multidisciplinares. E sobre a questão do comitê, quando vocês começaram a gerar o comitê, eu soube que a Presidente do CEAS não seria incluída, o que nós estranhamos muito. Então, eu fico muito feliz de saber que agora, não apenas da diretoria da SDS vai ser incluída, como também a presidência do CEAS, que por acaso é a mesma pessoa, que é uma servidora de carreira, muito bem formada, e vai ter muito a contribuir.

Ponto de vista, uma vista para um ponto, nós temos, sim, um Plano de Contingência e ele vai passar pelo CEAS na próxima plenária, por que eu digo isso? Porque, no princípio, o Plano de Contingência para o Estado inteiro era o da Saúde, sim, e nós fomos construindo, no decorrer do tempo, o Plano de Contingência específico do Serviço de Assistência. E hoje ele vai passar pelo crivo do CEAS porque nós acreditamos, sim, que a maior interlocução que pode haver entre o Estado e o município, sim, é o Conselho. E eu agradeço demais porque vocês, hoje, mostram o quanto estão do nosso lado também.

Sempre estiveram ao lado da política pública, que é exatamente este o objetivo comum, mas percebo que estão, sim, ao lado da SDS, agradeço pela lei do FEAS, que passou o ano passado pela Alesc, e solicito o apoio de vocês para que a Lei do SUAS, assim que acabar de passar pelo CEAS, que já passou pelo CEAS, foi para COJUR, foi para a Diretoria de Assistência, volta para o CEAS e vai para a Assembleia. E aí gostaria, sim, de um trabalho conjunto entre todos nós para que possamos passar a Lei do SUAS. Muito obrigada, de verdade!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Muito obrigada, Secretária. Não tenha dúvida que a Assembleia fará sempre o seu papel, e nunca votou contra os recursos, as iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Social, basta que a SDS envie, que nós daremos o devido debate com os colegas Deputados, e aprovaremos o mais breve possível, volto a dizer, é importante construir esta rede de diálogo com todas as estruturas, instituições do SUAS para que este Plano de Contingenciamento, de fato, seja do Estado e para o Estado de Santa Catarina.

Eu agradeço todos os colegas Deputados e Deputadas que estiveram conosco, obrigada pela participação, pela paciência, também pela sabedoria na defesa dos interesses da população catarinense; obrigada, Secretária, agradeço também a toda sua equipe e leve, com certeza, a defesa do SUAS é a nossa defesa. E com relação a isso, a senhora pode, inclusive, dizer ao Governador que se depender dos Deputados e Deputadas nós queremos, Altair, a nossa emenda para que venham mais recursos para a assistência social.

Não é a emenda de um Deputado ou de uma Deputada, são recursos orçamentários que beneficiam todos os municípios catarinenses. Então, todos nós, 40 Parlamentares, estamos envolvidos, imbuídos, para que possamos elevar o recurso da assistência e quem sabe, logo, logo, termos 1% da receita para a Assistência Social em Santa Catarina. Muito obrigada, Secretária, e desta forma eu quero, então, agradecer mais uma vez aos partidos que estiveram conosco, a Presidência agradece.

Então, em nome da Presidência, agradeço a presença da Secretária Maria Elisa da Silveira De Caro, que atendendo a convocação desta Assembleia Legislativa prestou os esclarecimentos solicitados.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para a presente data, às 15h.

Está encerrada a sessão.

[Transcrição e Revisão: Taquígrafa Sara].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 77, de 23 de junho de 2020

Acrescenta art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina, com o fim de estabelecer o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para as respostas a pedidos de informação encaminhados pela Assembleia Legislativa, previstos no § 2º, art. 41 da Constituição do Estado, relativos ao acompanhamento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, originários da Comissão Especial, que especifica, enquanto vigor o estado de calamidade pública dela decorrente, declarado no Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica acrescentado art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“Art. 57. Enquanto vigente o estado de calamidade pública declarado no âmbito do Estado de Santa Catarina, em razão da pandemia da COVID-19, será de até 72 (setenta e duas) horas o prazo para resposta a pedidos de informação, previstos no § 2º do art. 41 da Constituição Estadual, originários de Comissão Especial da Assembleia Legislativa, especificamente constituída para o acompanhamento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública dela decorrente.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de junho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
 Deputado Mauro de Nadal - 1º Vice-Presidente
 Deputado Rodrigo Minotto - 2º Vice-Presidente
 Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
 Deputado Altair Silva - 3º Secretário
 Deputado Nilso Berlanda - 4º Secretário

* * *

EXTRATO

EXTRATO Nº 029/2020

REFERENTE: 3º Termo Aditivo celebrado em 11/03/2020, referente ao Contrato CL nº 116/2017-00, celebrado em 06/11/2017, cujo objeto é a prestação de serviços do Storage da marca IBM.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: IBM BRASIL - INDUSTRIA, MAQUINAS E SERVICOS LTDA
 CNPJ: 33.372.251/0001-56

OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo a alteração dos dados bancários que constam no item 3.2.1 do contrato original.

VIGÊNCIA: a contar de 11/03/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 c/c o art. 78, XI, in fine, da Lei 8.666/93; Itens 3.2.1e 9.1 do Contrato original; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa através do Despacho exarado no pedido de alteração formulado pela Contratada.

Florianópolis/SC, 23 de Junho de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Brian Venceslau Michalski- Diretor de Tecnologia e Informações

Viviane Freitas Policici- Gerente de Filiar IBM Santa Catarina

* * *

LEI

LEI Nº 17.952, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Estabelece medidas, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, para enfrentamento do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 13.979, de 2020.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição do Estado, adotou a Medida Provisória nº 227, de 2 de abril de 2020, e, nos termos do disposto no § 8º do art. 318 do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas a serem adotadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo para enfrentamento do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Durante o estado de calamidade pública de que trata o art. 1º desta Lei, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo poderão, a seu critério, na forma do regulamento:

- I - adotar regime de trabalho remoto;
- II - antecipar as férias dos servidores públicos;
- III - determinar o usufruto de licença-prêmio aos servidores públicos; e
- IV - instituir regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas.

§ 1º A antecipação de férias de que trata o inciso II do *caput* deste artigo será concedida ainda que o respectivo período aquisitivo não tenha transcorrido por completo.

§ 2º Excepcionalmente na hipótese de antecipação de férias de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, o pagamento do respectivo adicional será efetuado após o usufruto das férias, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de junho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**
 Presidente

* * *

LEI COMPLEMENTAR**LEI COMPLEMENTAR Nº 741, DE 12 DE JUNHO DE 2019**

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei Complementar que foi convertido na Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019, que "Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 311 do Regimento Interno, promulga a seguinte parte da Lei Complementar:

"Art. 48.

§ 2º Os servidores ativos, inativos e pensionistas, pertencentes ao Quadro da SED, lotados e/ou em exercício nas ADR's, serão redistribuídos para o órgão Central da SED, continuando com exercício nas respectivas Coordenadorias Regionais de Educação.

§ 3º Os servidores ativos, inativos e pensionistas, pertencentes ao Quadro da SES, lotados e/ou em exercício nas ADR's, serão redistribuídos para o órgão Central da SES, continuando com exercício nas respectivas Regionais de Saúde.

§ 4º Os servidores efetivos, ocupantes do cargo de analista técnico administrativo II, cujo provimento originário se deu no órgão extinto do *caput* deste artigo, serão redistribuídos para quadro especial dentro da SEA, de forma a garantir a manutenção de progressão na carreira e demais garantias legais, continuando em exercício na respectiva região em que estavam lotados.

§ 5º Os servidores ativos, inativos e pensionistas, pertencentes aos quadros civis das demais Secretarias de Estado, lotados e/ou em exercício nas ADR's, serão redistribuídos para o órgão central das suas secretarias de origem, permanecendo em exercício na respectiva região."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de junho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**
Presidente

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 0123.7/2020**

Ofício Nº 002/2020 Florianópolis, 02 de junho de 2020. Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Luz da Vida, de Florianópolis, referente ao exercício de 2019.

Eliane Cintra Cordeiro Baroukh
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/20

OFÍCIO Nº 0124.8/2020

Ofício Nº 04/2020 Jaguaruna-SC, 03 de junho de 2020. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário de Jaguaruna, referente ao exercício de 2019.

Zelma Amandio Depiere
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/20

OFÍCIO Nº 0125.9/2020**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício Nº 1480/2020-GP

Florianópolis, 08 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Assunto: Demonstrativo financeiro do Selo de Fiscalização dos atos notariais e registrais referente ao 2º semestre do ano de 2019 - Processo Administrativo eletrônico n. 0013970-33.2020.8.24.0710.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência a anexa cópia da Certidão de Julgamento do Conselho da Magistratura, e demais documentos correlatos, com o intuito de informar que, em sessão ordinária hoje realizada, se decidiu, por votação unânime, aprovar o demonstrativo nanceiro do Selo de Fiscalização dos atos notariais e registrais referente ao 2º semestre do ano de 2019, e, ainda, por votação unânime, acolher a sugestão do Presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça sobre a desnecessidade de elevar ou reduzir o valor do Selo de Fiscalização.

Reitero meus votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Desembargador Ricardo Roesler
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/20

PORTARIA**PORTARIA Nº 608, de 24 de junho de 2020**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SIMONE UTZIG**, matrícula nº 7971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2020 (GAB DEP MAURO DE NADAL).

Luiz Eduardo de Souza

Diretor de Recursos Humanos Interino

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0223.3/2020**

Proíbe o aumento nos preços dos itens da cesta básica no estado de Santa Catarina, enquanto durar a situação de calamidade pública em virtude da pandemia causada pela Covid-19.

Art. 1º - É vedado aos fornecedores, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços enquanto vigorar o Decreto Legislativo Nº 18.332, de 20 de março de 2020, adotando-se, para fins desta lei, os preços praticados em 01 de março de 2020.

Art. 2º - Os estabelecimentos e fornecedores que não cumprirem a medida, estarão sujeitos a multa de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil, dependendo da gravidade da infração e do porte do estabelecimento, além das sanções administrativas aplicadas pelo PROCON, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, e os produtos serão apreendidos.

§ 1º - Os valores arrecadados com a aplicação das multas, serão revertidos ao Fundo Estadual de Saúde para a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), usados pelas equipes de saúde no enfrentamento a Covid-19.

§ 2º - Os produtos apreendidos serão encaminhados para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, afim de serem doados aos mais vulneráveis afetados com impacto econômico da pandemia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sala das sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/20

JUSTIFICATIVA

Senhores (as) Deputados (as),

A presente matéria, que certamente é da concordância de todos(as), trata da proibição do aumento nos preços dos itens da cesta básica no estado de Santa Catarina, enquanto durar a situação de calamidade pública em virtude da pandemia causada pela Covid-19.

Com a livre concorrência e o regime da livre iniciativa adotada pelo Brasil frente à ausência de controle direto de preços pelo Estado, o fornecedor tem a possibilidade de readequar os preços de seus produtos e serviços, inclusive para atender a margem de lucro, e este comportamento não caracteriza abusividade. O abuso estará presente quando o aumento ocorrer de forma dissimulada, restando claro o aproveitamento da posição dominante que exerce perante o consumidor.

É verdade que vivemos num regime de livre mercado, no qual a fixação dos preços segue a lei da oferta e da procura. Adam Smith, autor do clássico "A Riqueza das Nações", dizia que o Estado não deve interferir na economia, a qual é naturalmente regulada pela mão invisível do mercado. Mas imaginar que a economia liberal dispense sempre a interferência do Estado, como ocorria duzentos anos atrás, é ignorar as importantes conquistas da humanidade no último século.

Com relação ao aumento do preço dos produtos, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) não o considerará abusivo sempre que puder ser justificado. A elevação de valores sem justo motivo implicará em prática abusiva. Contudo, a pandemia do novo coronavírus se espalha cada vez mais entre as cadeias de suprimentos globais, e os preços dos principais itens básicos começam a subir em algumas partes do mundo.

Diante disto, tem por objetivo esta matéria vedar o abuso da autoridade econômica em majorar os preços das mercadorias, sem justa causa, enquanto vigorar o Decreto Legislativo Nº 18.332, de 20 de março de 2020, adotando-se, para fins desta lei, os preços praticados em 01 de março de 2020.

É importante recordar que os direitos dos Consumidores estão resguardados pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 170, V. Do mesmo modo, a elevação oportunista do preço de produtos constitui crime contra a economia popular e a ordem econômica (Lei de Economia Popular, art. 3º, VI e art. 36, III, da Lei 12.529/11). Nosso Código Civil prevê os institutos do estado de perigo e da lesão, proibindo qualquer pessoa de se aproveitar da fragilidade ou desespero do outro para levar vantagem (CC, artigos 156 e 157).

Além disto, o CDC também aborda o tema do aumento excessivo dos preços dos produtos. Segundo o artigo 39, X, deste diploma, é considerada prática abusiva a majoração excessiva dos preços dos produtos, sem justa causa, com intenção de obter vantagem sobre o Consumidor. Todavia, neste momento crítico vivenciado pelo mundo, precisamos fazer valer os princípios da ética e da legalidade. E exigir o cumprimento dos direitos do Consumidor, torna-se ainda mais importante e necessário neste momento calamitoso que o mundo vivencia.

Quanto a isso, importante frisar que o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) divulgou nota técnica produzida pelo seu Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) alertando os fornecedores de produtos hospitalares, farmácias, drogarias, mercados e supermercados, que a elevação injustificada do preço dos produtos voltados à prevenção, à proteção e ao combate contra o novo coronavírus configura prática abusiva e crime contra o consumidor e a economia popular.

A nota técnica alerta que a elevação de preços injustificada é uma prática abusiva considerada infração prevista no CDC, punível desde a esfera administrativa - com aplicação de multa e até mesmo de interdição do estabelecimento - até a criminal, uma vez que configura crime contra o consumidor e a economia popular. Destarte, o álcool em gel, que era vendido a quinze reais (embalagem de meio litro), chegou a noventa reais. O pacote de 100 (cem) máscaras pulou de quarenta para trezentos reais, o botijão de gás saltou de setenta para cento e vinte reais, e alguns produtos como arroz e feijão aumentaram mais do que o dobro.

Para tanto, este Projeto de Lei pretende vedar aos fornecedores, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços enquanto vigorar o Decreto Legislativo Nº 18.332, de 20 de março de 2020, adotando-se, para fins desta lei, os preços praticados em 01 de março de 2020. Aqueles estabelecimentos comerciais e fornecedores que não cumprirem a medida estarão sujeitos a multa de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil, dependendo da gravidade da infração e do porte do estabelecimento, além das sanções administrativas aplicadas pelo PROCON, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e os produtos serão apreendidos.

Essas, portanto, são algumas das razões pelas quais apresentamos a presente proposição, contando com o apoio dos (as) ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

PROJETO DE LEI Nº 0224.4/2020

Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações relativas à comercialização de própolis, extrato de própolis e geleia real, enquanto vigorar, em Santa Catarina, a decretação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas relativas às saídas de própolis, extrato de própolis e geleia real, enquanto vigorar, em Santa Catarina, a decretação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Parágrafo único. A isenção prevista no *caput* não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2º O Chefe do Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, para a efetiva produção de seus efeitos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Altair Silva

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/20

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei pretende isentar do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações relativas à comercialização de própolis, extrato de própolis e geleia real, enquanto vigorar, em Santa Catarina, a decretação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

A proposição tem como propósito reduzir os custos de aquisição, para o consumidor, dos mencionados produtos, destinados, presumidamente, à prevenção da Covid-19, bem como de compostos deles derivados, que tragam benefícios à imunidade corporal.

Pesquisas científicas atestam, sem espaço para dúvidas, a eficácia do própolis, do extrato de própolis e da geleia real, principalmente, como antioxidantes, anti-inflamatórios, antimicrobianos, antivirais e imunorreguladores.

As ações imunológicas frente a RNA e DNA de vírus são constantes e comprovadamente efetivas nos estudos realizados no intuito de observar os atributos dessas substâncias. Não obstante, ainda não há comprovação da eficácia desses produtos naturais diante do vírus SARS-CoV-2, vez que as pesquisas nesse sentido são incipientes.

De todo modo, o potencial para fortalecer a imunidade e a consequente prevenção da infecção por vírus em geral, aliado ao mote da promoção de produtos de origem catarinense, e, também, a da redução de custo dos produtos aos consumidores, justificam robustamente a proposição.

Portanto, por se tratar de uma importante ação do Poder Público nesse momento de crise de saúde pública, peço o apoio e o voto de meus Pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Deputado Altair Silva

PROJETO DE LEI Nº 0225.5/2020

Dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos estabelecimentos penitenciários do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Nos estabelecimentos penitenciários do Estado de Santa Catarina, 30% (trinta por cento), no mínimo, dos gêneros alimentícios consumidos deverão ser adquiridos diretamente da agricultura familiar.

Parágrafo único. A aquisição a que se refere o *caput* deverá seguir os valores praticados no âmbito da circunscrição municipal onde se encontram os estabelecimentos penitenciários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilso Berlanda

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/20

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de Lei em tela tem por escopo dispor sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos estabelecimentos penitenciários, em percentual de, no mínimo, de 30% (trinta por cento).

É importante salientar que agricultura familiar é responsável pela produção de 70% (setenta por cento) dos alimentos consumidos pelos brasileiros, o que representa 77% (setenta e sete por cento) dos empregos da agropecuária do país.

Assim, ressalta-se a importância de incentivar e fortalecer a agricultura familiar para promover a inclusão econômica e social. É necessário, pois, fomentar a produção agrícola catarinense, por meio do estímulo à produção de alimentos, o que representa um importante passo para o nosso desenvolvimento econômico sustentável.

Sendo assim, conto com o apoio dos demais Deputados para aprovação da proposição ora apresentada.

Deputado Nilso Berlanda

* * *

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0011.0/2020**

Revoga a alínea "a", do inciso V, do artigo 137 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.

Art. 1º Fica revogada a alínea "a", do inciso V, do artigo 137 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jessé Lopes

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/20

JUSTIFICATIVA

A regra geral em um Estado Republicano é a da total transparência no acesso a documentos públicos, sendo o sigilo uma exceção.

Por esse motivo, além do Princípio da Publicidade, disposto no *caput* do artigo 37, a Constituição da República Federativa do Brasil visa garantir que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

[...]

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

O texto constitucional prevê a publicidade dos atos da administração pública como regra, para quem a própria Carta diz que o sigilo só pode ser decretado quando envolver questão de segurança da sociedade e do Estado.

Para se decretar o sigilo não basta simplesmente alegar a existência de motivação para sua manutenção, faz-se necessário apresentar fundamentação que sustente essa posição. Se não fosse assim, bastaria alegar em qualquer situação que se está diante de

questão de segurança do Estado e a regra da publicidade não seria respeitada.

Vale evocar a frase do economista Murray Rothbard, de que "Não há nenhuma maneira de medir a qualidade e o sucesso de um produto pelo qual os consumidores são forçados a pagar". Além de serem forçados, não têm a transparência necessária para ponderar sobre o investimento de dinheiro oriundo de seus próprios bolsos, uma vez que não existe dinheiro público, apenas dinheiro do contribuinte.

Desse modo, a Lei nº 12.527/11 regulamenta o inciso constitucional anteriormente transcrito, elegendo como regra geral o acesso à informação e aos documentos públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo indispensável à segurança da sociedade e do Estado. No mesmo sentido prescreve o artigo 4º da Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados.

Partindo desse pressuposto, nota-se que a alínea "a", do inciso V, do artigo 137 da Lei Complementar Estadual nº 741/19, o qual inclui os gastos com as casas oficiais sob a proteção do sigilo, contraria a Lei Maior do país.

Conforme mencionado pelo Ministro Edson Fachin, na ADPF 129/DF, no Supremo Tribunal Federal, a ordem constitucional vigente nutriu um prestigioso compromisso com a liberdade de informação, a publicização e a transparência das atividades estatais, de modo que o sigilo, quando referido no texto constitucional ou na legislação infraconstitucional, deve ser interpretado de forma restritiva, levando-se em conta a dimensão pluralística e democrática do estado brasileiro.

Ante o exposto, ao considerar que, dentre os princípios constitucionais, o da Publicidade deve sempre ser o mais respeitado, uma vez que se trata da administração pública, espera-se contar com o apoio dos membros da Casa Legislativa catarinense para que se revogue o dispositivo que inclui as despesas com a manutenção das casas oficiais no rol das que são mantidas sob sigilo.

Por fim, há de se considerar meios inteligentes na implementação de austeridade que não seja destrutiva: o patrimônio histórico possui valor cultural indelével, mas sua preservação não pode depender de sangria financeira oriunda de uma caixa-preta.

* * *

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0006.7/2020**

Dispõe sobre o uso de máscara de proteção facial nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), enquanto perdurar a pandemia da covid-19, ocasionada pelo coronavírus SARS-COV-2.

Art. 1º Torna-se obrigatório o uso de máscara de proteção facial nas dependências do Palácio Barriga-Verde, do Anexo Deputado Epitácio Bittencourt, da Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider e da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, enquanto perdurar a pandemia da covid-19, ocasionada pelo coronavírus SARS-COV-2.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a gabinetes parlamentares, diretorias, coordenadorias e demais setores da casa, bem como às áreas de circulação e de reuniões, tais como:

I - Plenário Deputado Osni Régis;

II - Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright;

III - Auditório Deputada Antonieta de Barros;

IV - sala de reunião das Comissões Permanentes; e

V - sala de imprensa.

§ 2º Não será permitido a qualquer pessoa o ingresso, a permanência e a circulação nas dependências da ALESC, sem a utilização de máscara facial protetora, inclusive de:

I - deputados;

II - servidores;

III - empregados terceirizados; e

IV - estagiário.

Art. 2º A ALESC fornecerá máscara de proteção facial a quem não estiver de posse do referido equipamento de proteção individual, bem como manterá à disposição em locais estratégicos solução de álcool em gel com concentração de 70% (setenta por cento).

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Resolução, por ação ou omissão, sujeita o infrator a sanções administrativas, civis e penais.

Art. 4º A Mesa da ALESC poderá regulamentar esta Resolução, especificando o responsável pela fiscalização.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/20

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Resolução torna obrigatório o uso de máscara de proteção facial nas dependências da Assembleia Legislativa, com o objetivo de evitar o contágio por coronavírus SARS-COV-2.

A máscara de proteção individual é um equipamento de proteção individual eficaz e imprescindível para evitar o contágio por coronavírus SARS-COV-2.

Diante do exposto, convicto da importância da matéria, conto com o apoio dos demais Pares, para o fim de aprovação da presente Resolução.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO**PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO Nº 0012.0/2020**

Susta os efeitos da alínea "a", do inciso V, do artigo 3º do Decreto nº 1.322, de 5 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica sustado o efeito do seguinte dispositivo do Decreto do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina:

I - alínea "a", do inciso V, do artigo 3º do Decreto nº 1.322, de 5 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jessé Lopes

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/20

JUSTIFICATIVA

A regra geral em um Estado Republicano é a da total transparência no acesso a documentos públicos, sendo o sigilo uma exceção.

Por esse motivo, além do Princípio da Publicidade, disposto no *caput* do artigo 37, a Constituição da República Federativa do Brasil visa garantir que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

[...]

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

O texto constitucional prevê a publicidade dos atos da administração pública como regra, para quem a própria Carta diz que o sigilo só pode ser decretado quando envolver questão de segurança da sociedade e do Estado.

Para se decretar o sigilo não basta simplesmente alegar a existência de motivação para sua manutenção, faz-se necessário apresentar fundamentação que sustente essa posição. Se não fosse assim, bastaria alegar em qualquer situação que se está diante de questão de segurança do Estado e a regra da publicidade não seria respeitada.

Vale evocar a frase do economista Murray Rothbard, de que "Não há nenhuma maneira de medir a qualidade e o sucesso de um produto pelo qual os consumidores são forçados a pagar". Além de serem forçados, não têm a transparência necessária para ponderar sobre o investimento de dinheiro oriundo de seus próprios bolsos, uma vez que não existe dinheiro público, apenas dinheiro do contribuinte.

Desse modo, a Lei nº 12.527/11 regulamenta o inciso constitucional anteriormente transcrito, elegendo como regra geral o acesso à informação e aos documentos públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo indispensável à segurança da sociedade e do Estado. No mesmo sentido prescreve o artigo 4º da Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados.

Partindo desse pressuposto, nota-se que a alínea "a", inciso V, do artigo 3º do Decreto nº 1.322/2017, o qual inclui os gastos com as casas oficiais sob a proteção do sigilo, contraria a Lei Maior do país.

Conforme mencionado pelo Ministro Edson Fachin, na ADPF 129/DF, no Supremo Tribunal Federal, a ordem constitucional vigente nutriu um prestigioso compromisso com a liberdade de informação, a publicação e a transparência das atividades estatais, de modo que o sigilo, quando referido no texto constitucional ou na legislação infraconstitucional, deve ser interpretado de forma restritiva, levando-se em conta a dimensão pluralística e democrática do estado brasileiro.

Ante o exposto, ao considerar que, dentre os princípios constitucionais, o da Publicidade deve sempre ser o mais respeitado, uma vez que se trata da administração pública, conta-se com o apoio dos membros da Casa Legislativa catarinense para que se revogue o dispositivo que inclui as despesas com a manutenção das casas oficiais no rol das que são mantidas sob sigilo.

Por fim, há de se considerar meios inteligentes na implementação de austeridade que não seja destrutiva: o patrimônio histórico possui valor cultural inelével, mas sua preservação não pode depender de sangria financeira oriunda de uma caixa-preta.

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 0618.7/2020**

ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO KENNEDY NUNES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DEPUTADO JULIO GARCIA

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, requer que, o documento "Carta aberta à SCPAr, a nova Diretoria da SCPAr PSFS e ao Consad", seja inserido nos Anais da Casa.

Kennedy Nunes

Deputado Estadual

São Francisco do Sul; 25 de maio de 2020

Carta aberta à SCPAr, à nova Diretoria da SCPAr PSFS e ao Consad

Na condição de servidor público e membro representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da SCPAr Porto de São Francisco do Sul, com o objetivo principal de contribuir para a melhoria da gestão, venho através deste documento manifestar meu posicionamento e pontuar alguns fatos ocorridos durante a atual gestão que têm, a meu juízo, relação direta com os fatos lamentáveis que estão sendo publicados.

Parto de minha percepção, logo na posse do novo grupo, que a SCPAr iniciou um processo de esvaziamento da autoridade da diretoria executiva do Porto. Diferentemente das práticas convencionais de mercado em que a holding limita-se a estabelecer metas e diretrizes e a cobrar resultados, a SCPAr avocou para si as principais responsabilidades da administração do negócio. Os contatos com Brasília e com os principais agentes de mercado bem como os processos de contratação envolvendo grandes valores passaram todos a ser discutidos e decididos em Florianópolis enquanto aos diretores foi relegado um papel de meros executores de decisões superiores.

O segundo ponto refere-se à compreensão limitada da complexidade do negócio e da importância de se compor um corpo diretivo de alto nível. Ao indicar pessoas leigas para ocupar os 3 principais cargos do Porto, ficou claro que o negócio portuário estava sendo visto e tratado como um simples departamento governamental cujo desenho institucional por si só garante a obtenção de bons resultados independentemente das habilidades dos gestores.

Porto não é uma atividade típica de estado merecendo um olhar e um tratamento especial. Em boa medida, as notícias negativas e a queda do atual grupo diretivo têm relação direta com essa limitada compreensão do negócio por parte desta holding.

Em reunião do Consad em 20 de maio de 2019 em que se tratava sobre a determinação da Antaq de que o Porto deveria assumir o corredor de exportação, já se evidenciava a falta de compreensão do negócio. A diretoria da SCPAr juntamente com a diretoria executiva do Porto insistia na proposta de que o Porto, ao assumir o equipamento (depois de ter investido 24 milhões em sua reestruturação, arcaisse com despesas de manutenção, seguro, energia entre outros), repassasse para a Cidasc 2/3 da tarifa a ser cobrada. Nesta ocasião, por pressão argumentativa dos conselheiros Rossano Reolon (representante do Governo Federal) e Almir Wagner (representante dos trabalhadores) o Consad acabou abstendo-se de deliberar sobre o tema, deixando para ser decidido entre a diretoria da SCPAr o o Governo do Estado. Dias depois na reunião do Conselho da Autoridade Portuária qual não foi minha surpresa, após indagar o então Diretor presidente do Porto, Sr. João Batista Furtado sobre o rateio da tarifa, ao saber que a Antaq não havia sido comunicada de tal rateio. De forma não intencional, portanto, acabei provocando ação da Antaq que acabou

frustrando tal iniciativa deixando a tarifa integral com o Porto. Este episódio é uma prova clara e inequívoca que assuntos de altíssima relevância estavam sendo tratados e decididos por pessoas sem conhecimento de causa.

Em setembro de 2019, o conselho administrativo ratificou a decisão da diretoria da SCPAR de modificar o organograma da empresa elevando o número de comissionados de 13 para 23. Nesta ocasião, este conselheiro, além de votar contrariamente, fez várias ponderações sobre os riscos da mudança.

prejudicado em razão da decisão do acionista único em AGE, o Conselho, por maioria, com voto divergente do conselheiro Almir Wagner, ratifica a decisão do presidente quanto à reestruturação dos cargos comissionados. O Conselheiro Almir Wagner requer o registro do seu voto divergente, nos seguintes termos: entende que, para a validade deste voto deveria ficar condicionado à elaboração e aprovação de relatório de impacto financeiro junto ao Conselho Fiscal e que, além disso, pela exposição de motivos, deveria ser solicitado esclarecimentos sobre o aproveitamento dos servidores do porto, em detrimento dos cargos comissionados e funções gratificadas, tendo em vista o aumento exponencial apresentado no documento referido, no período exposto, englobando qual a proporção de utilização de servidores com vínculo frente aos servidores sem vínculo, e por fim, informa seu voto contrário à criação de cargos pelos seguintes motivos: entende que contradiz a boas práticas de GC praticadas pelo mercado e sugeridas pela Lei 13.303, as falas anteriormente defendidas pelos diretores sobre a necessidade de enxugamento do quadro e as diretrizes do Governo do Estado de SC de redução da máquina pública. **4. Outros assuntos de interesse da Companhia: i) Os**

Trecho da ata da reunião do Consad em 20/09/2019

Além das ponderações constadas em ata, pontuei que além do inchaço na estrutura, com exceção do cargo de Gerente de Apoio Marítimo ocupado por um sub-oficial da marinha que acrescentava competências e conhecimento à empresa, todos os demais haviam sido preenchidos por leigos. Também alertei para o fato de que, em condições normais o expressivo aumento de quadros passaria despercebido mas que em condições adversas, não seria tolerado pela sociedade com possíveis respingos na figura do governador. O silêncio de todos denunciava a concordância, mesmo assim, fui voto vencido apesar da obviedade de minhas ponderações que hoje se revelam oportunas.

Além dos prejuízos indiscutíveis à gestão do negócio, a presença de leigos em cargos de relevância se torna evidente em eventos públicos como reuniões e palestras. Colegas portuários, empresários e profissionais do meio nos relatam, com frequência, sentimento de constrangimento e vergonha alheia pelos discursos simplistas e pela falta de propriedade com que diretores do Porto e da holding tratam temas e concertos básicos do setor.

No mesmo mês por decisão gestada pela diretoria da holding o Porto contrataria serviços de consultoria financeira da SCPAR (subsidiária contratando a própria holding como prestadora de serviço) por valor na casa de 4 milhões de reais.

Essa contratação foi feita sem o conhecimento do Consad mesmo extrapolando o valor de alçada da diretoria executiva. Levei o tema a ser discutido na única reunião ocorrida nas dependências do Porto, momento em que, para minha surpresa, percebi que a maioria dos presentes desconhecia a existência do valor de alçada de 500 mil reais, valor este que havia sido deliberado pelo próprio conselho há poucos meses.

Esta contratação fora uma evidente forma disfarçada de repasse de valores da subsidiária para a holding, que, como todos sabemos, tem dificuldades em bancar sua folha salarial.

Novamente, constrangido, fiz constar em ata meu posicionamento.

a atividade de descarregamento dos produtos. O conselheiro Almir Wagner entende que a contratação da *Holding* pela subsidiária, deveria ter aprovação do CONSAD em razão do valor extrapolar o de alçada decisória. **VI. ENCERRAMENTO:** Não havendo nenhum assunto mais a ser tratado e nada mais a ser deliberado, o presidente do Conselho declarou encerrada a

Trecho da ata da reunião do Consad em 20/09/2019

Ainda em setembro de 2019 foi discutida a criação do cargo de auditor interno, exigência da lei 13.303/16, figura importante para a fiscalização das ações da diretoria executiva e para melhorar a interlocução desta com o Consad. A SCPAR resolveu "inovar" criando um auditor na própria holding que atuasse na auditoria dos 2 portos - São Francisco do Sul e Imbituba. Devo salientar que a diretoria do Porto já havia, há época, escolhido o profissional que iria ocupar o cargo tendo sido surpreendida pela decisão da SCPAR. Com esta medida a diretoria da SCPAR enfraquecia os controles sobre as ações da diretoria executiva, com o agravante de que o

cargo de controlador interno também não fora ocupado, situação que permanece até a presente data.

aprova o aumento do valor da gratificação de Supervisão; Criação do Cargo de Auditor Interno - O entendimento da *Holding* (SCPAR), no sentido de constituir a Auditoria Interna na própria *Holding* atribuições voltadas ao atendimento também de suas subsidiárias, ou seja, a atuação da Auditoria Interna será compartilhada entre as empresas que formam o Grupo Econômico, Importante destacar, que o volume de trabalho da Auditoria Interna em uma única Empresa não comporta uma atuação em tempo integral, motivo pelo qual será adotado o compartilhamento entre as empresas que integra o Grupo Econômico. O compartilhamento permite a adoção de um processo padronizado e equilibrado entre as empresas do Grupo. Assim, o CONSAD não aprova a criação do cargo de Auditor Interno na forma apresentada. com ressalva do conselheiro Almir Wagner. Em relação ao cargo de ASSESSOR DE

Trecho da ata da reunião do Consad em 20/09/2019

Em dezembro de 2019, nova reestruturação do organograma, desta vez para atender à incorporação do terminal graneleiro recebido da Cidasc. Novamente este conselheiro chamou atenção para o fato de que estaríamos elevando para 27 o número de comissionados o que nos distanciava absurdamente das boas práticas de mercado.

Pontuei que o Porto de Itapoá atuava com 13 membros de direção, o de Itajaí com 10 e que embora não houvesse uma regra geral, a grande maioria das empresas perseguia a quantidade de 10 membros como número ideal. Sugeri ainda a criação de uma diretoria para o TG e que fosse ocupada por um profissional com longa vivência de mercado considerando o grande desafio que a incorporação daquele ativo representava. Voto vencido, fiz constar em ata uma solicitação de estudo comparativo com outros portos, que ainda não foi realizado. Para minha surpresa, dias depois, a diretoria nomeou para gerir o terminal graneleiro, com a aval da SCPAR, um oficial da reserva da PM, pessoa de ótima índole e com excelente carreira militar, porém, alguém que adentrava ao um terminal graneleiro pela primeira vez na vida.

O conselheiro Almir Wagner sugere a realização de um estudo comparativo de estrutura organizacional com outros portos públicos para verificar se o quadro está adequado com o mercado. Assim, o CONSAD acata a sugestão do conselheiro Almir e determina a Diretoria Executiva a realização do estudo. 3.

Trecho da ata da reunião do Consad em 18/12/2019

Em 1 de novembro de 2019 mais um fato lamentável que comprovaria a pouca seriedade nas ações da SCPAR na condução do negócio. O então diretor presidente, Sr. João Batista Furtado fora destituído do cargo numa decisão abrupta e pouco fundamentada tendo sido substituído pelo Sr. Diego Machado Enke. Neste ato houve gravíssimo atropelo dos procedimentos regimentais, visto que não houve convocação de todos os membros do Consad. Na ata consta que os conselheiros Almir Wagner e Rossano Reolon tiveram suas ausências justificadas, coisa que nunca poderia ter ocorrido já que não fomos convocados e nem tínhamos informação sobre a referida reunião. Aquele foi um desvio gravíssimo cometido pela diretoria da SCPAR que poderia ter gerado uma questão judicial não fosse a compreensão por parte dos dois conselheiros de que o prejuízo, em última análise, recairia mais sobre a empresa do que sobre seus responsáveis.

Sobre as dispensas de licitação tão amplamente divulgadas na mídia nas últimas duas semanas é oportuno lembrar que, no que diz respeito à extrapolação do valor de alçada sem anuência do Consad, esta prática foi "estimulada" pela SCPAR quando da contratação de prestação de consultoria financeira da holding pela subsidiária. Embora juridicamente se trate de situações diferentes, a prudência vale para todos os casos. Pedi a inclusão da discussão das dispensas na pauta da última reunião ocorrida por videoconferência. Ponderei, sem questionar mérito de valor financeiro, que teríamos dificuldades de justificar para a sociedade gasto tão expressivo para um serviço tão pouco comum. Alertei que a empresa contratada já atuava no porto há vários anos, que o porto tinha outros contratos com outra empresa do mesmo proprietário entre outras informações relevantes que foram levantadas. Que não poderíamos utilizar uma notificação de um órgão de controle como argumento para uma dispensa de licitação. Neste ato, o Consad deliberou por "reprender" a diretoria porém permitiu o prosseguimento da execução do contrato por conta e risco da diretoria. Minha sugestão de cancelamento do contrato não foi acatada pela maioria do Consad.

Sobre o quadro de servidores efetivos, mais de uma vez neste conselho argumentei que o Porto de SFS, por décadas, não manteve a prática, comum na maioria das empresas, de capacitar continuamente seus colaboradores. Sugeri a todos os diretores empossados (que não foram poucos) ser necessário e urgente, inclusive por obrigação legal, que o

Porto elaborasse um programa permanente de capacitação e reciclagem. Ponderei que tínhamos no quadro servidores com mais de 30 anos de serviços prestados que jamais haviam sentado numa cadeira de sala de treinamento.

Neste período de gestão, no entanto, optou-se por contratar treinamentos caros e fora do estado de SC, direcionados quase que exclusivamente a diretores, inclusive da SCPAR, e a alguns gerentes e assessores e a uma minoria de servidores.

Neste mesmo período, depois do aumento da folha de pagamento pelo inchaço do organograma e da nomeação de leigos para os cargos mais importantes, tomamos conhecimento que há um movimento na SCPAR para devolução de servidores públicos à Secretaria de Infraestrutura, o que vemos como um contrassenso absoluto e inaceitável. A despeito de todas as críticas os resultados e o crescimento expressivo apresentado por esta empresa nos últimos anos está diretamente relacionado ao esforço dos profissionais que aqui atuam ou atuaram. Para cada milhão de toneladas que por aqui passam, alguém tem que se preocupar com o calado, com a segurança da navegação, com a recepção da carga, com a segurança portuária, com o faturamento, com a infraestrutura e com inúmeros detalhes envolvidos no processo.

É absolutamente inconcebível que um grupo de trabalhadores com carreiras entre 15 e 45 anos tenham seus destinos definidos por meia dúzia de recém chegados.

Neste contexto, até mesmo o papel da SCPAR é questionável. Ao focar a quase totalidade de seus esforços em portos, ela não só deixa de fomentar outros negócios no Estado de SC como gera um engessamento da atividade portuária. Exemplo cabal desse efeito pode ser visto na demora para licitar a obra de dragagem de manutenção da darsena que está desde dezembro de 2019 em discussão em Florianópolis, a maior parte do tempo em "sine die". O detalhe é que o porto corre sério risco de redução de calado operacional pela Marinha do Brasil, o que seria desastroso. Se conduzido internamente, certamente a obra já estaria em execução.

Deixo claro que este texto não se trata de um desabafo pessoal nem tem a pretensão de passar lição de moral na diretoria da SCPAR. Meu objetivo é tão somente, mais uma vez, chamar a atenção dessa holding para a importância de uma gestão autônoma e profissional no Porto de São Francisco do Sul e clamar para que se busque profissionais de mercado para os principais cargos desta empresa. Por profissional de mercado entenda-se,

alguém que tenha em sua bagagem, além de vasto currículo, profundo conhecimento do negócio, que tenha vivência de pelo menos 15 anos à frente de grandes empreendimentos, que conheça os principais "players", que tenha penetração no meio governamental e que tenha a aceitação do mercado. Não há a menor possibilidade de este porto dar passos firmes em direção à modernidade com leigos em seu comando!

Estendo o meu clamor para o terminal graneleiro. Os desafios para a sua completa reestruturação são enormes e exigem um profissional de gestão com profundos conhecimentos daquele ramo de negócio sob pena de sua inviabilização completa.

Ao relatar alguns fatos não é minha intenção fazer autopromoção ou constranger a diretoria da SCPAR, apenas deixar claro que o bom senso e a prudência foram frequentemente agredidos nestes últimos 17 meses.

Resumidamente, em nome dos servidores públicos atuantes na SCPAR Porto de SFS, estou sugerindo e defendendo a seguinte pauta:

- Nomeação de profissionais de mercado para os principais cargos
- Autonomia na gestão da empresa
- Programa de capacitação constante dos trabalhadores
- Reestruturação e redução do organograma
- Criação do cargo de auditor interno e preenchimento imediato do cargo de controlador interno

Por fim, quero dizer que sempre pautei minhas ações no Consad pela discrição e sigilo mesmo sob protestos de alguns colegas de trabalho que me elegeram, que eventualmente confundem o papel de conselheiro com o de representante sindical. Seguindo esta linha, não divulgo as discussões e decisões do Consad por entender que a maioria é de teor confidencial e que pode comprometer o andamento do negócio.

Na atual conjuntura, no entanto, vendo minha reputação sendo questionada entre colegas de trabalho por possíveis omissões diante de fatos amplamente divulgados na mídia nos últimos dias, quero informar a esta diretoria e ao Consad, que divulgarei o teor deste meu relato ao grupo de servidores da SCPAR Porto de São Francisco do Sul. Logicamente, a partir deste momento perderei o controle sobre a distribuição e replicação deste conteúdo.

Atenciosamente

Almir Wagner

Representante dos trabalhadores portuários no Consad PSFS

Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
Encaminhamento

Processo de SCPAR 00000304/2020 Vol.: 1

Origem

Órgão: SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A.

Setor: SCPAR/COJUR - Coordenadoria Jurídica

Responsável: Daniel Geraldo Gebler

Data encam.: 27/05/2020 às 10:45

Destino

Órgão: SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A.

Setor: SCPAR/GABP - Gabinete da Presidência

Encaminhamento

Motivo: Para providências

Encaminhamento: Sra. Secretária do Conselho de Administração do Porto de São Francisco do Sul. Tendo em vista a afirmação do conselheiro, Sr. Almir Wagner de que nem ele e nem o conselheiro Rossano Reolon foram convocados para a reunião do CONSAD de 01 de novembro de 2019, que elegeu o Sr. Diego Machado Enke como Diretor Presidente, solicito sejam informado se os mesmos foram convocados, e se houver, sejam juntados os documentos comprobatórios, além da ata de referida reunião.

Att.

Daniel Gebler

MINISTÉRIO PÚBLICO
SANTA CATARINA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Ofício n. 0104/2020/02PJ/SFS

São Francisco do Sul, 22 de maio de 2020.

Ao Senhor

Gustavo Salvador Pereira

Diretor Presidente

SC Participações e Parcerias S.A.

Rodovia SC-401, km 5, n. 4.600 - Centro Administrativo do Governo

Florianópolis/SC

88.032-900

Assunto: Solicitação de informações. **Prazo:** 10 dias úteis

Referência: Notícia de Fato n. 01.2019.00035766-0

Senhor Diretor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça, com fundamento no artigo 129, Inciso VIII, da Constituição Federal, visando instruir os autos da Notícia de Fato n. 01.2019.00035766-0, **solicita** a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 dias úteis, comprove documentalmente a receita operacional **bruta de todas** as empresas que fazem parte do grupo SCPAR nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, conforme indicado no item 2.5 do Relatório de Sustentabilidade que segue anexo.

Assinala-se o prazo de 10 dias úteis para envio de resposta, **preferencialmente somente digitalizada**, por intermédio do e-mail saofranciscodosul02pj@mpsc.mp.br.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
Diogo Luiz Deschamps
Promotor de Justiça

* * *